

Working paper

6th International
Conference of the
BRICS Initiative for
Critical Agrarian
Studies



BRICS Initiative for
Critical Agrarian Studies

Capitalism, Agriculture and Development in Brazil

A Contribution to the Current Debate

Fabiano Escher and Sergio Schneider



Capitalism, Agriculture and Development in Brazil: A Contribution to the Current Debate.

by Fabiano Escher and Sergio Schneider.

Published by: BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS)

in collaboration with:

Universidade de Brasília - UnB
Brasília, Brazil

Website: <http://www.unb.br/>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brazil

Website: www.ufrgs.br/

Universidade Estadual Paulista - UNESP
São Paulo, Brazil

Website: www.unesp.br

College of Humanities and Development
Studies
China Agricultural University, Beijing, China
E-mail: yejz@cau.edu.cn
Website: <http://cohd.cau.edu.cn/>

Institute for Poverty, Land and Agrarian
Studies (PLAAS)
University of the Western Cape
Cape Town, South Africa
E-mail: info@plaas.org.za *Website:*
www.plaas.org.za

International Institute of Social Studies
The Hague, The Netherlands

E-mail: information@iss.nl *Website:*
www.iss.nl

Future Agricultures Consortium
Institute of Development Studies, University
of Sussex, England

E-mail: info@future-agricultures.org
Website: <http://www.future-agricultures.org/>

The Russian Presidential Academy of
National Economy and Public Administration
- RANEPA

Moscow, Russian Federation

E-mail: information@ranepa.ru *Website:*
www.ranepa.ru

Transnational Institute
The Netherlands

E-mail: tni@tni.org *Website:* www.tni.org

Terra de Direitos
Curitiba, Brazil

E-mail:
terradedireitos@terradedireitos.org.br
Website: terradedireitos.org.br

©Brasília, UnB, November/2018 All rights reserved. No part of this publication may be reproduced or transmitted in any form or by any means without prior permission from the publisher and the author.

Abstract

In the current context of economic and political crisis in Brazil, the subject of the agrarian question has undergone important problematizations in the public debate. From the PSDB governments and throughout the PT governments, two divergent visions were able to coexist and co-evolve, despite the conflicting relationship, in the state and civil society: one centered on capitalist agriculture, the land market, and the promotion of agribusiness with an emphasis on exports; and another focused on family farming, land reform and rural development with an emphasis on the domestic market. However, the latent conflicts began to escalate and evolve into greater polarization in recent times. The perspective associated with agribusiness has taken the offensive and proposed a narrative. The main argument is that by the mid-1990s we would have entered a new phase in the development of agrarian capitalism. In addition, the agrarian question has lost its relevance, the concentration of production, land and income is justifiable, and the state has left agriculture. And the perspective associated with family farming has reacted and also proposed a narrative. The main argument is that since the mid-1990s a new dynamic of agriculture in capital accumulation has emerged. In addition, the agrarian question remains important, but with new meanings, the role of the state has been decisive for both agribusiness and family farming, and the main challenge of rural development is to overcome inequalities in the distribution of resources. This paper seeks to contribute to reviewing and updating the debate through a comprehensive interpretation about capitalism, agriculture and development in Brazil. Agreeing that the dynamics of agriculture in the accumulation of capital is in a new phase, for us the agrarian question is still alive and has become a set of agrifood issues that occupy a central place in the resumption of a development project for Brazil, in which both the public policies of the state and the social construction of new markets are crucial. In theoretical-methodological terms, the work is located in the interdisciplinary field between political economy, economic sociology and development studies, combining structures, actors and institutions in the analysis of the processes of economic, social and political change.

Keywords

Agribusiness. Family Farming. Agrifood System. Rural Development. Institutions.

1. Introdução

Nos últimos anos, o Brasil tem experimentado um período de crescente instabilidade, que resultou nas crises econômica e política que o país ora vive. A desaceleração das taxas de crescimento econômico e o problema fiscal já vinham de meados do primeiro governo Dilma Rousseff. Mas a situação agravou-se ferozmente após o *impeachment* sem crime de responsabilidade da presidente reeleita e a subsequente posse do governo Michel Temer, com a implementação de uma agenda radical de reformas neoliberais.¹ Especificamente no campo da agricultura, a repercussão imediata do “golpe de 2016” foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), identificado com as pautas dos movimentos sociais rurais da agricultura familiar e da reforma agrária, cujas atribuições foram transferidas ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e à Casa Civil, assim como a desidratação de políticas criadas ou reforçadas pelos governos do PT que favoreciam estes segmentos. Além disso, o governo Temer tem emplacado uma série de medidas extremamente amigáveis aos grandes proprietários fundiários, à agricultura patronal e às corporações do agronegócio.² O propósito desse trabalho, no entanto, não é avaliar o golpe em sua significação mais geral, senão analisar o debate e as controvérsias recentes sobre a dinâmica da agricultura no capitalismo e a questão agrária brasileira, bem como os principais desafios para o desenvolvimento do país diante das suas transformações rurais em curso e das tendências do sistema agroalimentar internacional.

A referida temática, embora esvaziada do centro do debate público, tem passado por problematizações importantes nos anos progressos. Desde os governos do PSDB e ao longo dos governos do PT, duas visões divergentes de capitalismo, agricultura e desenvolvimento conseguiram conviver e coevoluir, apesar da relação conflituosa, no âmbito do estado e da sociedade civil: uma centrada na agricultura patronal, no mercado de terras e na promoção do agronegócio com ênfase nas exportações; e outra centrada na agricultura familiar, na reforma agrária e no desenvolvimento rural com ênfase no mercado interno.³ O traço mais notável dessa coevolução conflituosa era a “ambiguidade institucional” expressa na existência de dois ministérios voltados ao rural: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), alinhado aos interesses do agronegócio, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), alinhado aos interesses da agricultura familiar. Mas a convivência institucional entre as duas visões piorou e os seus conflitos latentes começaram a acirrar e evoluir para uma polarização aberta nos últimos tempos. A razão de acabar com o MDA, dado a sua irrelevância na redução de gastos do governo, foi emi-

¹ As principais reformas propostas pelo governo e aprovadas no parlamento foram a PLC da legislação trabalhista, que sob o pretexto de modernizar a relação entre empregados e patrões suprime direitos e cria dificuldades no acesso dos trabalhadores a justiça, e a PEC do teto dos gastos, que congela por 20 anos os dispêndios fiscais, limitados pela taxa de inflação. A PEC da reforma previdenciária até agora não avançou e provavelmente não será aprovada, pelo claro ônus eleitoral que gera. Privatizações nos setores de petróleo e energia elétrica também estão no centro da agenda. Sobre as origens e desdobramentos do “golpe de 2016”, ver Singer (2015), Boito Jr. e Saad-Filho (2016), Loureiro e Saad-Filho (2017), Pinto et al. (2017), Carvalho (2018) e Pinho (2018).

² Sobre as concepções de desenvolvimento e intervenção pública no rural sob o governo Temer ver Favareto (2017) e sobre os seus retrocessos na questão agrária ver o último número da Revista OKARA (2018).

³ Wilkinson (2008) adverte, contudo, que da mesma forma que agricultura familiar produz a maior parte dos alimentos básicos que abastecem o mercado interno de consumo popular, ela também participa das cadeias agroindustriais e da exportação de *commodities*, e que situação similar acontece com a agricultura patronal, que produz prioritariamente *commodities* para a exportação, mas também abastece o mercado interno.

mente político-ideológica: desestruturar e deslegitimar os interesses, valores e projetos dos grupos cobertos pelas suas políticas. Destarte, é premente reconhecer que a reação dos atores sociais rurais foi lenta e ineficaz, o que indica certa letargia frente a destruição do que levou duas décadas para ser construído (NIEDERLE et al., 2017).

Neste contexto, os intelectuais têm assumido um protagonismo crescente no debate público sobre os temas agrários. Não é despropositado pensar na publicação dos dados do Censo Agropecuário 2006, em 2009, como o ponto de inflexão. Com base nestes dados, uma entidade patronal contratou uma pesquisa que mostrou haver um número expressivo de estabelecimentos agropecuários enquadrados no PRONAF com baixo valor de produção, questionando se os recursos gastos com tal público realmente se justificariam (FGV/IBRE, 2010). Em resposta, técnicos do MDA em conjunto com intelectuais acadêmicos mobilizaram-se para defender as políticas para a agricultura familiar e a reforma agrária, utilizando a mesma base de dados (FRANÇA et al., 2009; MARQUES et al., 2012). A partir daí deflagra-se a atual fase do debate agrário no Brasil (SCHNEIDER; CASSOL, 2014). Favareto (2017, p.8) argumenta que tanto o discurso da bancada ruralista, com o mote “uma só agricultura”, como o discurso dos movimentos sociais rurais, com o mote “volta MDA”, são narrativas “insuficientes para garantir a expansão duradoura do bem-estar e a transição para um modelo de produção mais sustentável”. O ponto que queremos explorar, todavia, não diz respeito à (in)consistência desses discursos, mas à capacidade das abordagens analíticas propostas a partir do lançamento dessa controvérsia em compreender, explicar e interpretar a dinâmica da agricultura no capitalismo e as suas implicações e desafios para o desenvolvimento (rural e em geral) do Brasil.

A perspectiva associada ao agronegócio tem tomado a ofensiva e proposto uma narrativa setorial, produtivista e homogeneizante sobre a “economia agropecuária brasileira”, negando a diversidade e multidimensionalidade do meio rural e reafirmando a existência de “uma só agricultura”. Sua formulação mais exemplar veio a luz num artigo coletivo contendo “sete teses sobre o mundo rural brasileiro” (BUAINAIN et al., 2013), o qual sistematiza uma produção intelectual profícua que vem se avolumando e inclui também outros colaboradores além dos autores que assinam o texto (ALVES, ROCHA, 2010; ALVES, SOUZA, ROCHA, 2012; NAVARRO, 2010, 2011; NAVARRO, PEDROSO, 2011; NAVARRO, CAMPOS, 2013, NAVARRO, BUAINAIN, 2017; entre outros). O livro organizado por Buainain et al. (2014), conhecido informalmente como “a bíblia do Zander”, apesar de alguns capítulos que contestam de forma sutil mas incisiva as teses dos organizadores (FAVARETO, 2014; HELFAND et al., 2014), é seguramente a versão mais detalhada desta visão. O seu argumento principal (tese 1) é que por volta de meados dos anos 1990 o Brasil teria entrado numa nova fase de desenvolvimento do capitalismo agrário, o que seria evidenciado pelo notável crescimento da “produtividade total dos fatores (PTF)”, metodologicamente tomado como o indicador mor deste fenômeno (GASQUES, 2010). Mas três polêmicas proposições adicionais subjazem a sua argumentação: a tecnologia deslocou a terra como principal fator de produção e, por isso, a questão agrária não é mais relevante e a reforma agrária é uma luta do passado, que “vai se apagando” (teses 2 e 4); a produção agropecuária concentra-se em um pequeno número de grandes produtores eficientes e o resto da população rural, improdutiva que é, está fadada a pobreza e a migração para as cidades, restando-lhes a política assistencial para “ganhar tempo” (teses 3, 6 e 7); e o estado, que “saiu à francesa” da agricultura, incapaz de atender seus atuais desafios atrapaalha os agentes privados, que não mais dele dependem e estão melhor só com o mercado (tese 5). Vale lembrar que vários autores ligados a

essa visão, na campanha presidencial de 2014 encamparam o manifesto “Esquerda Democrática com Aécio Neves”, em apoio ao PSDB, e em maio de 2016, no auge da campanha pelo *impeachment*, apresentaram junto à bancada ruralista o documento “A economia agropecuária brasileira – o que fazer?”, sugerindo uma agenda – mal e apenas parcialmente adotada – para o governo interino de Temer.

E a perspectiva associada à agricultura familiar tem buscado reagir à altura, contestando a visão anterior e propondo uma narrativa crítica da expansão do agronegócio, com uma análise territorial e multidimensional do meio rural que ressalta a “diversidade e heterogeneidade da agricultura brasileira”. Um mapeamento básico da sua produção intelectual inclui autores que desde os anos 1970 estudam o rural brasileiro a partir das categorias latifúndio e campesinato (WANDERLEY, 2009), pesquisas seminais que contribuíram para a consolidação da categoria agricultura familiar (VEIGA, 1991; ABRAMOVAY, 1992; LAMARCHE, 1993; FAO/INCRA, 1994), trabalhos que criticam abertamente a visão das “sete teses” (SAMPAIO, 2013; ABRA 2013; MATTEI, 2014, 2017; BOECHAT, KLUCK, 2017; DELGADO, BERGAMASCO, 2017) e pesquisas produzidas com base nos dados do Censo Agro 2006 (KAGEYAMA et al., 2012; GUANZIROLI et al., 2012, 2014; SCHNEIDER; CASSOL, 2014; SCHNEIDER et al., 2014, entre outros). O argumento central dessa visão também destaca a entrada numa nova fase da dinâmica de acumulação de capital na agricultura a partir da tese da transição do “capital financeiro na agricultura” para um “novo pacto da economia política do agronegócio” (DELGADO, 2012). Menos sistematizada e esquemática, pode-se tentar resumir a sua argumentação em três proposições: a questão agrária continua relevante, porém o seu caráter modificou-se devido à centralidade assumida pela superexploração dos recursos naturais e da força de trabalho e a emergência do nexo entre alimentação, saúde humana e sustentabilidade ambiental e energética; o papel do estado e das políticas públicas é decisivo, por um lado, para a sustentação do regime de acumulação agroindustrial e especulação fundiária, a conquista de mercados externos por empresas nacionais e a abertura do mercado interno ao capital forâneo e, por outro, para o reconhecimento, legitimação e apoio à inclusão social e produtiva e acesso a direitos de grupos rurais historicamente marginalizados, como agricultores familiares, trabalhadores sem terra, indígenas, quilombolas e povos tradicionais; contudo, a concentração produtiva reflete a desigualdade na distribuição de recursos como terra, água, renda, crédito, educação, saúde e infraestruturas e, por isso, é fundamental reconhecer a heterogeneidade estrutural e apoiar a diversidade social e produtiva da agricultura brasileira. Vale lembrar que vários autores ligados a essa visão assessoram e prestaram consultoria aos governos do PT, participam ativamente dos conselhos nacionais de segurança alimentar e nutricional (CONSEA) e de desenvolvimento rural sustentável (CONDRAF) e contribuem com movimentos sociais rurais e organizações sindicais e cooperativas da agricultura familiar.

A presente caracterização provavelmente não contempla toda a complexidade do atual debate agrário brasileiro, mas pinta as cores mais marcantes do seu quadro intelectual e oferece os elementos essenciais para a sua problematização. Como se poderia melhor compreender, explicar e interpretar a dinâmica recente da acumulação de capital e o novo caráter da questão agrária no Brasil? E que constrangimentos e possibilidades as questões agrícolas, fundiárias, rurais e alimentares poderiam aportar para a retomada de um projeto de desenvolvimento do país? Ao ensaiar respostas para tais perguntas, visamos contribuir para a atualização do debate ora retratado a partir de uma análise crítica sobre o capitalismo, a agricultura e o desenvolvimento no Brasil. O

argumento que se quer sustentar repousa sobre duas hipóteses. A primeira traça um diagnóstico segundo o qual a inserção recente da economia brasileira no capitalismo globalizado, dominado pelas finanças e marcado pela atual crise de legitimidade do neoliberalismo caracteriza-se pela conjugação dos processos de desindustrialização precoce da sua estrutura produtiva e de reprimarização da sua pauta de exportações. Nesse contexto instável e incerto, o desempenho favorável do agronegócio frente aos demais setores é representado como a “salvação da economia brasileira”, a nosso ver de modo acrítico, desacertado e destituído de sentido estratégico de longo prazo. E a segunda propõe que o maior desafio a ser enfrentado pelo Brasil rural é reconfigurar o lugar da agricultura na economia, na sociedade e na natureza a fim de se retomar um projeto de desenvolvimento que considere a centralidade da questão agrária, hoje convertida em um complexo de “questões agroalimentares”. Dessa forma, uma estratégia consistente com este projeto não somente não prescinde do papel ativo do estado, como também beneficia-se da construção de novos mercados e redes alimentares alternativas e da regulação dos principais mercados de *commodities* agrícolas existentes.

Em termos teóricos, o trabalho situa-se no campo interdisciplinar entre economia política, sociologia econômica e estudos do desenvolvimento, combinando estruturas, atores e instituições na análise dos processos de mudança econômica, social e política. E em termos metodológicos, a consecução do trabalho exigiu lidarmos com uma ampla e abrangente revisão bibliográfica. A orientação seguida foi a de contextualizar o atual debate agrário brasileiro no âmbito das discussões mais gerais presentes na literatura especializada sobre as transformações e tendências do capitalismo globalizado e do sistema agroalimentar internacional.

O artigo está estruturado em seis seções além da introdução e das considerações finais. Na segunda seção, apresenta-se um referencial teórico para interpretar a dinâmica da agricultura e da alimentação na evolução do capitalismo, situando o Brasil no atual regime alimentar internacional. Na terceira seção, avalia-se a evolução diferencial da agricultura e da indústria na estrutura produtiva e na pauta comercial da economia brasileira. Na quarta seção, examina-se a internacionalização das empresas brasileiras de agronegócio e os investimentos estrangeiros na compra de terras e fusões e aquisições de ativos no país. Na quinta seção, trata-se da relação entre a diversidade interna das classes sociais rurais e a heterogeneidade estrutural da agricultura. Na sexta seção, identifica-se um giro conservador estabelecido frente aos limites e contradições da ambiguidade institucional nas políticas públicas do estado para a agricultura e o rural. Na sétima seção, discute-se a importância da relação produção-consumo na construção social de novos mercados e redes alimentares alternativas como estratégia de desenvolvimento rural. Na oitava seção, por fim, encontram-se as principais conclusões do artigo, suas contribuições para o debate público e alguns pontos para a agenda de pesquisas.

2. A dinâmica da agricultura e da alimentação na evolução do capitalismo

Diversos conceitos, como cadeias produtivas, *filières*, *agribusiness*, complexos agroindustriais e outros, têm sido desenvolvidos nos campos da economia agrária e da sociologia rural para abarcar as relações intersetoriais da agricultura. Mas há pelo menos mais de uma década a noção de “sistema agroalimentar” tem ganhado uso corrente na literatura internacional. Empiricamente falando, tal noção descreve um conjunto de atores e instituições, tecnologias e processos de

produção, circulação e consumo de produtos agrícolas e alimentos na economia, abrangendo os distintos elos e nós das suas cadeias e redes de mercadorias desde o produtor primário até o consumidor final, passando pelas indústrias de insumos e máquinas, transporte, agroindústria processadora, comércio atacadista e varejista, mercados local, doméstico e externo, o estado e suas políticas públicas, e as interrelações entre estes diversos componentes. Entretanto, o modo de explicar e interpretar estas interrelações depende da teoria desposada.

A abordagem dos “regimes alimentares” (*Food Regimes*), cujo artigo de Friedmann e McMichael (1989) é o marco inaugural, é uma das principais referências nos estudos rurais e agroalimentares desde os anos 1980, com renovado interesse atualmente.⁴ A noção de regime alimentar aponta para uma economia política internacional da dinâmica da agricultura e da alimentação na evolução do capitalismo. Essa dinâmica se expressa por meio das ações, práticas e estratégias de certos atores (grandes empresários, investidores e proprietários fundiários, agricultores e consumidores) e instituições (corporações, bancos, burocracias estatais, grupos de interesse, agências multilaterais e movimentos sociais) do sistema agroalimentar e se reflete nos conflitos de poder e disputas por hegemonia, que por sua vez direcionam os modos de ordenamento das relações de produção, circulação e consumo em escala global.

Friedmann (2009, p.335) define “regime internacional” como “um conjunto específico de relações, normas, instituições e regras (frequentemente implícitas) em torno das quais as expectativas de todos os atores relevantes convergem.” A partir dessa definição abstrata a autora parte para o conceito mais concreto de “regime alimentar”, sendo necessário identificar as formas estruturais que contém determinados conjuntos de instituições e relações historicamente específicas que funcionam como “pivôs das tensões estabilizadas” dentro dos regimes.

A ‘clássica’ definição de regimes alimentares inclui constelações de relações de classe, especialização geográfica e poder interestatal, articulando ‘relações internacionais de produção e consumo alimentar’ a ‘períodos de acumulação de capital’ (FRIEDMANN, 2009, p.335). [Assim, a formação concreta de um regime alimentar envolve] uma constelação específica de governos, corporações, organizações coletivas e indivíduos, que permite uma acumulação de capital baseada em uma definição compartilhada dos propósitos dos atores chave, enquanto os outros são marginalizados (FRIEDMANN, 2005, p.229).

Com base nessa formulação teórica e numa abrangente pesquisa histórica, os autores elaboraram uma periodização da dinâmica da agricultura e da alimentação na evolução do capitalismo identificando três épocas batizadas de “regimes alimentares internacionais”. Mas como está fora do nosso escopo fazer toda a reconstrução histórica dessa evolução, esperamos que as informações do quadro 1 sejam suficientes para uma compreensão básica do processo.

Quadro 1. Síntese dos regimes alimentares internacionais.

Características	1° Regime Alimentar	2° Regime Alimentar	3° Regime Alimentar
Nome	Colonial-Diaspórico	Mercantil-Industrial	Corporativo-Ambiental
Período de Duração	1870-1914/30	1945-1973/85	1995/2001-hoje (?)

⁴ A abordagem dos regimes alimentares foi originalmente influenciada pelas teorias do Sistema Mundo e da Regulação, sendo posteriormente reformuladas a partir de *insights* advindos de leituras de Polanyi e Gramsci. Ver Schneider, Schubert e Escher (2016) para uma introdução geral, McMichael (2009) para uma retrospectiva genealógica, e Bernstein (2016), McMichael (2016) e Friedmann (2016) para um balanço crítico da abordagem.

Potência Hegemônica	Grã-Bretanha	Estados Unidos	Eixo China-EUA (?)
Estrutura de Governança	Impérios Coloniais	Estados Nacionais	Corporações Transnacionais
Ideologias Dominantes	Liberalismo-Colonialismo	Desenvolvimentismo-Anticomunismo	Neoliberalismo-Globalização
Sistema Monetário	Padrão Ouro-Libra (Livre Cambismo Clássico)	Padrão Dólar-Ouro (Bretton Woods)	Padrão Dólar-Flexível (Pós-Bretton Woods)
Paradigma Tecnológico	Tradicional, cultivo manual, lavoura-pecuária	Mecânica, química e biológica, pacotes da revolução verde	Biotecnologias, tecnologias informação e comunicação, nanotecnologias
Movimentos Contendores	Principalmente trabalhadores do Norte Global	Principalmente agricultores do Norte Global	Principalmente consumidores do Norte e crescentemente do Sul Global

Fonte: elaboração dos autores, com base em Friedmann (2005, 2009) e McMichael (2005, 2009).

Inexiste consenso acerca do caráter do terceiro regime alimentar, pois dois elementos essenciais do primeiro e do segundo regimes – a ascensão de uma nova potência hegemônica e da sua moeda como padrão do sistema financeiro internacional – não se verificam plenamente na época contemporânea. Primeiro, faltam sinais claros de uma subversão definitiva da hegemonia norte-americana, embora a ascensão da China seja fato inconteste no desenho de uma nova ordem mundial. Segundo, o sistema monetário internacional de câmbio flexível governado pelo dólar vive um momento de instabilidade e incertezas desde a crise de 2008, mas nenhuma alternativa imediatamente crível se apresenta. Não obstante, o ano de 1995 parece demarcar a formação de um novo regime, com o estabelecimento da Organização Mundial do Comércio (WTO) e do Acordo sobre Agricultura (AoA) institucionalizando a liberalização dos mercados nacionais e restringindo os direitos dos estados regular a agricultura e a alimentação. O que tem sido reforçado e ganhado novo impulso com a entrada da China na WTO em 2001. Sob a ideologia neoliberal da globalização e do estado mínimo, ocorre uma crescente “financeirização” da riqueza, tanto com atores financeiros atuando nos ramos de agricultura, alimentação e mercado de terras, quanto com empresas agroalimentares atuando em atividades e operações com instrumentos financeiros. As corporações transnacionais passam então a dominar não só as indústrias a montante (máquinas, biotecnologias e agroquímicos) e a jusante (alimentos processados) da agricultura, mas principalmente os grandes canais de distribuição do comércio varejista (revolução dos supermercados), pelo que lhes cabe a alcunha de “impérios alimentares”. E a onda recente de investimentos massivos na compra de largas extensões de terra por estrangeiros nos países em desenvolvimento (*global land grabbing*) e em fusões e aquisições para a concentração e centralização de capital pelas grandes corporações do agronegócio no rescaldo do *boom* das *commodities* e “*flex crops*” também constitui parte decisiva do reordenamento do atual regime alimentar (McMICHAEL, 2013; PLOEG, 2010; CLAPP, 2014, 2017; ISAKSON, 2014; BORRAS et al., 2016; BORRAS, FRANCO, 2012).

Sem que seja preciso fazer uma leitura com comentários mais detalhados da literatura corrente sobre os regimes alimentares (nota de rodapé 7), o leitor mais atinado deve ter notado que a identificação de uma nova fase do capitalismo agrário no Brasil desde meados da década de 1990, feita tanto pela perspectiva associada ao agronegócio como pela associada à agricultura familiar, coincide fortemente com a periodização proposta por aquela abordagem, em especial com o início do atual terceiro regime alimentar internacional. Entretanto, essa coincidência não é equivalente em termos de consistência teórica nas duas perspectivas. Segundo Buainain et al. (2013, p.9), a identificação da nova fase, caracterizada pela “dominação triunfal do capital, rebaixando o peso do fator terra”, é explicada pelo desempenho notável da “produtividade total dos fatores”. Embora neste e em outros trabalhos associados a essa visão, com destaque aos assinados por Zander

Navarro, haja uma tentativa de interpretação calcada na sociologia de Bourdieu e em outros autores contemporâneos da sociologia econômica, o núcleo duro da explicação está numa categoria reconhecidamente economicista, que só possui significado teórico definido dentro do cabedal neoclássico. Na análise agregativa feita em termos puramente quantitativos da teoria econômica *mainstream*, o progresso tecnológico que explica o crescimento da PTF é “neuro” e “desincorporado” do conteúdo material dos fatores (terra, trabalho e capital), evadindo o aspecto qualitativo do fenômeno do crescimento da produtividade.⁵ Em outras palavras, o referencial teórico das “sete teses” carece de coerência interna entre sua economia e sua sociologia. Por isso, é uma visão insuficiente para explicar o caráter social e de classe da acumulação de capital, que opera processos cuja significação teórica é eminentemente qualitativa: a exploração do trabalho e dos recursos naturais. Já a identificação de Delgado (2012) de uma nova dinâmica da acumulação de capital na agricultura, caracterizada por “um pacto de economia política do agronegócio”, de outro modo, é explicada precisamente pelas relações de classe entre grandes proprietários de terra, agricultura patronal, capital agroindustrial e capital financeiro, afiançadas pelas políticas macroeconômicas e financeiras do estado. Sem querer julgar o valor das escolhas teóricas de uma ou outra perspectiva, salienta-se que apesar de ambas coincidirem na cronologia da periodização dos regimes alimentares, apenas a segunda guarda coerência interna e consistência teórica com tal abordagem.

No entanto, mesmo no campo da economia política e da sociologia econômica a abordagem dos regimes alimentares tem recebido críticas incisivas nos últimos tempos. A primeira, e principal, é a dificuldade em lidar com a heterogeneidade e o excessivo ocidentalismo da periodização, em que as tendências estruturais emanadas dos países centrais são homogeneamente estendidas aos países periféricos, negligenciando as suas especificidades e a crescente multipolaridade da economia mundial (WILKINSON, GOODMAN, 2015; NIEDERLE, 2017). A segunda, mirando a geopolítica da segurança de recursos naturais, questiona o foco exclusivo na agricultura como fonte de alimentação e a desatenção ao seu papel como fonte de matérias primas (WILKINSON, GOODMAN, 2015). E a terceira, com vistas na economia das convenções, reclama da falta de um tratamento explícito dos atores e seus critérios de valor usados para justificar as práticas que ordenam as relações de circulação, no sentido de institucionalizar e estabilizar os mercados agroalimentares (NIEDERLE, 2017). Todas essas críticas são acertadas; mas trabalhos recentes as têm respondido de algum modo e, assim, antes delas abalarem as estruturas teóricas dos regimes alimentares, reforçam-nas. Em relação a primeira crítica, Escher et al. (2017, 2017a) analisam a formação do complexo soja-carne Brasil-China a partir dos anos 2000 através de relações comerciais constituindo um polo exportador e um polo importador e a sua consolidação através de ondas de investimentos chineses no agronegócio brasileiro na compra de terras, na aquisição de ativos de empresas e na construção de infraestruturas visando controlar a cadeia de valor. Quanto à segunda crítica, os mesmos autores mostram justamente a complementaridade entre a soja, a matéria prima usada para fabricar ração, e a carne, o alimento produzido com os porcos confinados. E sobre a terceira crítica, Escher e Schneider (2016) analisam como agricultores e consumidores de produtos ecológicos no Brasil e na China, enquanto atores sociais têm valori-

⁵ Burkett (2006) aponta os problemas teóricos de utilizar a TFP como instrumental metodológico, combinando a crítica de Georgescu-Roegen à função de produção agregada, a rejeição de Herman Daly à “neutralidade” do fluxo circular na economia e a crítica Neo-Schumpeteriana da mudança tecnológica “desincorporada”, somadas a crítica de que as estimativas da TFP capturam meramente uma identidade contábil entre renda e valor agregado.

zando práticas distributivas, ambientais e de saúde e inovado através da construção social de novos mercados e redes alimentares alternativas. Todas essas questões evidenciam um reordenamento policêntrico na dinâmica do regime alimentar internacional a partir de dois BRICS, impulsionado pelos interesses do agronegócio, da indústria alimentar e dos estados nacionais, assim como de movimentos sociais contestadores, numa direção Sul/Oriente que desafia o poder estabelecido das grandes corporações transnacionais do Atlântico Norte, comportando novas possibilidades e contradições.

3. Agricultura, indústria e comércio internacional

Na visão da “economia política do agronegócio”, que como vimos é compatível com a abordagem dos regimes alimentares, o regime de acumulação de capital e inserção externa articulado na crise cambial de 1999, aprofundado nos anos 2000 e vigente ainda hoje assenta-se num mecanismo de extração do excedente econômico baseado nas “vantagens comparativas dos recursos naturais” (terras agriculturáveis e jazidas minerais). Essa estratégia tem resultado num processo de “especialização regressiva” da economia brasileira, pois conquanto conjunturalmente as exportações de *commodities* agrícolas e minerais compensem o desequilíbrio estrutural das transações correntes, não só não resolvem a restrição externa como provocam a reprimarização da pauta exportadora e agravam a situação deficitária dos demais setores, jogando água no moinho da desindustrialização (DELGADO, 2010, 2012). A visão das “sete teses”, ao contrário, menospreza essa problemática e defende que o sucesso do agronegócio brasileiro em alcançar os superávits que sustentam a balança comercial frente à perda de competitividade da indústria de transformação deve-se à eficiência e produtividade da agropecuária, o que permitiu ao setor aproveitar os termos de troca favoráveis propiciados pelo *boom* dos preços das *commodities* e a forte demanda do mercado internacional. Isto remeteria ao “paradoxo de Prebisch” – o argumento de que o setor é capaz de gerar progresso técnico e valor agregado e, deste modo, promover o desenvolvimento pela via agroexportadora (VIEIRA FILHO, SILVEIRA, 2016; MARA-NHÃO, VIEIRA FILHO, 2016; NAVARRO, BUAINAIN, 2017).

Compete reconhecer que essa última visão caracteriza muito bem fatos empiricamente relevantes. O estudo de Maranhão e Vieira Filho (2016) demonstra que entre 1992 e 2013: o índice de produção agrícola do Brasil passou de 64 para 140, muito acima da média mundial de 125, com o segundo maior crescimento, apenas superado pela Índia entre os grandes países produtores; enquanto o índice de produção pecuária passou de 51,6 para 127,5 no mesmo período, levemente acima da média mundial de 117, com um crescimento atrás apenas da Índia e próximo ao da China; a produtividade da terra chegou a 4.826,4 Kg, atrás apenas dos EUA e da China; e a produtividade do trabalho chegou a US\$ 5.296,8, atrás dos EUA e da Rússia. Em relação às causas deste crescimento, são sobejamente enfatizadas as inovações tecnológicas (sementes transgênicas, fertilizantes e pesticidas químicos, hormônios e antibióticos, mecanização, irrigação, plantio direto e agricultura de precisão). Contudo, embora não deem destaque, os seus dados atestam a extraordinária expansão da área de terras, que passou de 51,8 a 76 milhões de hectares cultivados entre 1992 e 2013, uma taxa de 3,65% a.a., a maior do mundo. Os autores exaltam com grande relevo a contribuição do agronegócio para a geração de divisas, cujo saldo passa de US\$ 11 para US\$ 83 bilhões entre 1989 e 2013, uma taxa de crescimento de 8,8% a.a. Em 2014, enquanto o restante da economia ficou deficitário em US\$ 84 bilhões, o agronegócio ficou superavitário em

US\$ 80 bilhões, evitando um déficit comercial total pior. O Brasil é o primeiro no *ranking* de exportação (ainda que não necessariamente de produção) de um conjunto de *commodities* como soja, café, açúcar, suco de laranja, carne de bovina e de frango, além de estar entre os maiores em milho, algodão, carne suína e derivados de soja. A China é o maior mercado importador de produtos agrícolas do Brasil, com 23% do total, seguido pela União Europeia com 20% e os EUA com 5%. E, por fim, são apontados quatro fatores que explicam a taxa de crescimento de 15% das exportações do agronegócio brasileiro entre 1999 e 2013: o crescimento das exportações mundiais (46,15%), a competitividade (30,45%), o destino das exportações (16,35%) e a composição da pauta (6,95%).

Porém, essa visão apresenta uma postura controversa e uma leitura pouco crítica sobre problemas econômicos notáveis associados ao desempenho do agronegócio, que se expressam na relação entre agricultura, indústria e comércio exterior no desenvolvimento do Brasil. Vieira Filho e Silveira (2016) apresentam a versão mais acabada desta visão a partir de uma crítica alegadamente Neo-Schumpeteriana à clássica tese Estruturalista da deterioração dos termos de troca, contraposta ao “paradoxo de Prebisch”. O argumento é composto por duas ideias. Primeiro, a inversão favorável dos termos de troca da economia brasileira nos anos 1980 e sua notável melhoria a partir de 2004 com o *boom* das *commodities* teria desmistificado o equívoco da tese Prebisch-Singer, que pode ter tido alguma validade conjuntural do final da segunda guerra até meados dos 1960, mas desde então, com a modernização da nossa agricultura, não mais se sustentaria. Segundo, a proposta Prebisch-Furtado para superar o subdesenvolvimento pela via da industrialização substitutiva de importações teria errado ao ignorar a possibilidade da própria agricultura gerar progresso técnico e valor agregado, o que não seria mais verdade para o setor agropecuário moderno, cuja capacidade de inovar depende do gerenciamento produtivo dos agricultores que investem no intuito de incorporar novas tecnologias, aumentar o aprendizado e ampliar a absorção de conhecimento externo. Como corolário, não haveria porque pensar que o agronegócio não pode liderar o desenvolvimento econômico do país.

Um olhar mais cuidadoso sobre a literatura revela que, apesar de parcialmente verdadeiro, o argumento acima não se sustenta diante de uma análise mais abrangente, informada por um referencial de economia política assente nas teorias Pós-Keynesiana, Neo-Schumpeteriana e Neo-Marxista. Considerações críticas a partir dessas abordagens embasam, assim, uma interpretação alternativa. Os Pós-Keynesianos lembram que apesar de certo crescimento recente, o Brasil ainda é uma economia de renda média, abaixo do alto nível de renda dos países desenvolvidos, razão pela qual não é um fenômeno natural a perda de participação da indústria de transformação no valor adicionado do PIB, na geração de empregos e na pauta de exportações em relação aos patamares vigentes até 1982. Diversos estudos comprovam através de sofisticadas metodologias empíricas que existe uma relação de causa e efeito entre reprimarização da pauta de exportações, sobreapreciação da taxa real de câmbio e desindustrialização precoce da estrutura produtiva. Essa cadeia de causalidade pode ser explicada da seguinte maneira: a Lei Kandir de 1996, que desonerou a exportação de produtos primários e manteve o ônus sobre os processados, e o *boom* das *commodities*, motivado em parte pelo “efeito China”, aliados a alta taxa de juros, levaram à especialização da pauta exportadora em *commodities* agrícolas e minerais, ocasionando expressivos superávits comerciais que conduziram à apreciação cambial exacerbada; esta ajudou a reduzir a inflação e elevar a renda real, mas induziu o aumento das importações em substituição a produção doméstica para suprir a demanda acrescida por bens manufaturados e diminuiu a

competitividade das exportações brasileiras de manufaturas, causando perda da participação da indústria no PIB e no emprego. Em suma: se é razoável afirmar que a tendência (secular, que se mantém) de deterioração dos termos de troca não operou (conjunturalmente) na economia brasileira entre 2004 e 2012, é implausível negar que a melhoria dos termos de troca no período está na raiz da nossa variedade de “doença holandesa” (PRADO et al., 2014; VALVERDE, OLIVEIRA, 2011; BRANCO, 2013, 2016; FAVE-RI et al., 2016; OREIRO, D’AGOSTINI, 2016; MAFRA, SILVA, 2017; SANTOS et al., 2017).

Os Neo-Schumpeterianos confirmam que a estrutura produtiva e a pauta de comércio exterior da economia brasileira segundo especificidade tecnológica (*commodities* agrícolas e minerais, intensiva em mão de obra, intensiva em tecnologia do paradigma fordista e intensiva em tecnologia do paradigma microeletrônico) têm evoluído em direção a ganhos de participação de setores intensivos em recursos naturais ou emblemáticos do paradigma suplantado há décadas pelos países centrais e a ínfima participação de setores típicos do novo paradigma, explicando sua inserção subordinada nas cadeias globais de valor (AREND, 2014). E a literatura sobre Complexidade Econômica acusa que o índice de complexidade da economia brasileira (medida pela ubiquidade e diversidade da pauta de exportações) regrediu de 0.5888 em 1995 para 0.1001 em 2014 (GALA et al., 2016), contradizendo Vieira Filho e Silveira (2016), que questionam a usual classificação dos produtos agropecuários como de baixa intensidade tecnológica. Nesse sentido, estudos Neo-Schumpeterianos anteriores foram mais acertados, pois reconheciam as especificidades do capitalismo na agricultura: o fato de as unidades produtivas serem basicamente usuárias de tecnologia, que adotam inovações geradas e difundidas a partir da indústria (SALLES FILHO, 1993), que por sua vez opera poderosos mecanismos de apropriação (máquinas, sementes, fertilizantes, pesticidas, biotecnologias) e substituição (alimentos e matérias primas processadas, aditivos sintéticos, distribuição e *marketing*) (GOODMAN et al., 1987). Isso não significa que os agricultores sejam atores passivos, incapazes de aprender, absorver conhecimento e melhorar suas técnicas produtivas; pelo contrário. Mas não é a “agricultura moderna” em si que “gera” inovações tecnológicas, valor agregado e empregos qualificados e sim as indústrias de transformação a montante e a jusante e os serviços sofisticados, reestruturando a divisão do trabalho rural. Nem significa que a valorização dos recursos naturais em setores como agronegócio não ofereça boas oportunidades de investimentos para inovação, mas que este é apenas um entre outros setores, sendo que todos dependem do adensamento e da diversificação dos *clusters*, redes e complexos industriais para promover *catching up* tecnológico e desenvolvimento econômico (PEREZ, 2015; BIELSCHOWSKY et al., 2014).

E os Neo-Marxistas salientam que a problemática ultrapassa o desempenho produtivo, comercial ou macroeconômico da agricultura brasileira e abarca a influência das transformações e tendências do seu sistema agroalimentar no reordenamento do regime alimentar internacional. O exemplo mais emblemático é a aludida formação do “complexo soja-carne Brasil-China”. Sob os impulsos do crescimento da renda per capita, urbanização acelerada e afluência da nova classe média, a China passa por mudanças nos hábitos alimentares e dietas de classe da população, reestruturações das indústrias de carnes (especialmente porco e frango) e rações (fabricadas com farelo de soja) e ajustamentos na sua política de segurança alimentar, conformando-se como polo importador, comprando 41% da soja sua do Brasil. E sob os impulsos das mudanças tecnológicas caudatárias da modernização da agricultura nos moldes da revolução verde e posteriormente da biotecnologia, *boom* das *commodities* e desbravamento da última fronteira agrícola no Cerrado, o

Brasil experimenta enorme expansão na produção, na área plantada e nas exportações de soja, conformando-se como polo exportador, com 75% da soja embarcada indo para a China (ESCHER et al., 2017, 2017a). Ao impactar na divisão internacional do trabalho, no regime global de acumulação de capital, nas finanças e na geopolítica, a ascensão da China como grande potência representa uma força de deslocamento dos Estados Unidos como principal centro de gravitação econômica e hegemonia política. Na América Latina, o “efeito China” nos preços e na demanda tem sido o sustentáculo financeiro das trajetórias de crescimento econômico e implementação de políticas sociais pelos governos de centro-esquerda. Com os países desenvolvidos abalados pela crise de 2008, os BRICS despontaram como alternativa multipolar para o reordenamento econômico e político mundial, emergindo o Brasil como liderança regional na América do Sul. Mas a aposta numa estratégia centrada no pacto de economia política do agronegócio prescindiu de um núcleo endógeno de acumulação industrial gerador de progresso técnico capaz de manter uma trajetória sustentável de crescimento com distribuição de renda. Assim, quando o ciclo de crescimento internacional se esgotou, a crise doméstica eclodiu e expôs os limites internos e externos deste pacto como estratégia de desenvolvimento e inserção global do Brasil (GORENSTEIN, ORTIZ, 2018; SAUER et al., 2017; McKAY et al., 2017; VERGARA-CAMUS, KAY, 2017; ANDRADE, 2016).

4. Internacionalização do agronegócio e mercado de terras

Outro tema fundamental refere-se à onda recente de investimentos diretos externos, internacionalização do agronegócio e valorização do mercado de terras no Brasil. Nessa temática a visão das “sete teses” definitivamente não tem muito a dizer além de comentários simpáticos a entrada de capital estrangeiro no país e a casos de sucesso de empresas brasileiras de agronegócio no exterior (NAVARRO, BUAINAIN, 2017). Contudo, nos últimos anos surgiu uma relevante literatura mais ou menos afinada com a visão da “economia política do agronegócio” sobre compra de terras por estrangeiros (*global land grabbing*), concentração do agronegócio (*mega mergers and acquisitions*) nos países em desenvolvimento e investimentos externos de empresas desses países mundo afora (*national champions*). A tese de Wilkinson (2009), por exemplo, é que a oligopolização e internacionalização das corporações do agronegócio, indústrias de alimentos e supermercados representam as tendências dominantes por trás da globalização dos sistemas agroalimentares de países emergentes como Brasil e China.

Hoje, a incursão irregular e muitas vezes descoordenada do capital corporativo metropolitano ainda está subjugando a agricultura e os mercados alimentares domésticos de muitos países periféricos às necessidades do agronegócio global. A cambiante dinâmica global da demanda e a aceitação da abordagem liberal do “livre mercado” pelos países em desenvolvimento levou a crescente presença das multinacionais em todas as fases dos seus sistemas agroalimentares. Para alguns dos maiores países em desenvolvimento, no entanto, os capitalistas nacionais são a principal força por trás dos seus sistemas agroalimentares. Além disso, o estado tem vindo a desempenhar um papel fundamental [na sua consolidação]. Não obstante, tem havido uma tendência de longo prazo para a reprodução da estrutura de oligopólio dos Estados Unidos e da Europa em escala global. Embora os casos brasileiro e chinês [promovam] empresas domésticas do agronegócio, permitindo-lhes defender os seus interesses nacionais, isso só é conseguido copiando a escala de operações e estruturas de oligopólio das corporações mundiais. A questão do poder econômico e da concentração nos sistemas alimentares permanece, assim, uma preocupação vital para a sociedade civil, os sindicatos e os organismos internacionais (WILKINSON, 2009).

O processo mais geral que conforma esse contexto de acirramento concorrencial, concentração e centralização do capital e transnacionalização de empresas é a financeirização do sistema agro-

alimentar. A financeirização *lato sensu* refere-se à importância crescente de motivos financeiros, atores financeiros, instrumentos financeiros (*securities*, derivativos) e instituições financeiras na operação da economia. Isso implica numa tendência a buscar o lucro crescentemente via canais financeiros ao invés de atividades produtivas, inclusive com firmas do setor produtivo atuando cada vez mais em atividades financeiras. Bancos e investidores institucionais, como fundos mútuos, fundos de *hedge*, fundos de pensão, *private equity funds* e mercados de futuros são as principais instituições através das quais a financeirização se erige. Batista Jr. (2018) fala da “turma da bufunfa”, composta por banqueiros, proprietários de capital, financistas, rentistas, altos postos de gerência e serviços especializados (economistas, advogados, jornalistas, agências de avaliação de risco), que dirige as empresas de acordo com as exigências de “maximização do valor dos acionistas” e cria discursos e narrativas para legitimar práticas socialmente condenáveis. Assim, complexas práticas especulativas tornaram-se possíveis pelos diferentes artefatos tecnológicos e institucionais que garantem a velocidade das transações financeiras e os complicados cálculos de risco que oportunizam novas estratégias de valorização do “capital fictício”, descoberto por Marx. Grosso modo, a financeirização do sistema agroalimentar avança na medida em que etapas e atividades das suas cadeias de valor passam a depender do mercado financeiro e da lógica de remuneração dos acionistas. No caso específico do Brasil, as poucas pesquisas existentes sobre o tema apontam que esse processo tem ocorrido através: da especulação nos mercados futuros com derivativos de *commodities* agrícolas, ainda que num nível bem menor do que nos Estados Unidos ou mesmo na China; do crescimento do financiamento privado da produção de *commodities* agrícolas por *traders* e vendas de insumos em operações de origem e *barter*; da abertura do capital de empresas do agronegócio na bolsa de valores, sendo este o setor com mais empresas listadas na BM&F; e, sobretudo, da conversão da terra e da natureza em ativo financeiro, aquecendo o mercado imobiliário rural com a grande entrada de capital estrangeiro no rescaldo da crise de 2008 (CLAPP, 2014; ISACKSON, 2014; BALES-TRO, LOURENÇO, 2014; PAULA et al., 2015; ESCHER et al., 2017a; FLEXOR, LEITE, 2017; MENDONÇA, PITTA, 2018).

O fenômeno mais significativo em curso no contexto de *global land grabbing* é a “estrangeirização” – a proliferação de fundos de investimento internacionais adquirindo propriedade e controle de vastas extensões de terra no Brasil.⁶ A noção de “grilagem” de terras – que remete à tradução literal do termo *land grab* – é uma constante na história agrária brasileira, marcada pela ocupação sucessiva de fronteiras por meio da apropriação (geralmente ilegal e fraudulenta) de terras públicas e expulsão de populações rurais sem titulação formal (em regra por atores nacionais). Contudo, o fenômeno atual guarda diferenças significativas em relação ao padrão histórico. Primeiro, são operações de apropriação de terras em grande escala. Dados da Land Matrix (2018) mostram que 61,42% dos negócios confirmados envolvem mais de 10.000 ha e 8,6% mais de 100.000 ha, sendo o maior de 860.000 ha e a média das transações de 43.555 ha. Segundo, são investimentos realizados por atores estrangeiros de múltiplas origens. O INCRA registra 34,371 imóveis rurais (0.7% do total) cobrindo 4.3 milhões de ha (0.79% do total) de terra sob o

⁶ Diversas ONGs internacionais publicaram relatórios denunciando os impactos sociais e ambientais danosos e os conflitos agrários gerados pelo processo de apropriação de terras pelo capital financeiro internacional, em especial na região do MATOPIBA: expulsões forçadas de populações tradicionais que viviam nos territórios na condição de posseiros; grilagem de terras através de alianças com sócios brasileiros como “laranjas” ou “testas de ferro”; aumento da violência e de assassinatos de líderes sociais e sindicais; comprometimento de recursos hídricos utilizados para irrigação em larga escala; retomada do desmatamento que parecia ter estagnado há poucos anos; e contaminações pelo uso abusivo de agrotóxicos, etc. (FIAN et al., 2018; GRAIN, 2018; RSJDH, 2018).

controle de estrangeiros no país (um número subestimado). A Land Matrix, porém, indica 70 negócios confirmados entre 2003 e 2017, na compra de mais de 3 milhões de ha de terra por investidores estrangeiros no Brasil, sendo 13 dos EUA (1 via Ilhas Cayman), 11 da Argentina, 10 do Canadá (1 em sociedade com empresa alemã), 8 da Holanda, 8 do Japão, 5 da China, 4 do Reino Unido, 3 da Finlândia, 3 do Chile, e Índia, França, Nova Zelândia, Austrália e Portugal com 1 cada. Terceiro, após o *boom* das *commodities* dos anos 2000 e especialmente as crises financeira e alimentar de 2008, três fatores principais, distintos do tradicional rentismo latifundista, têm motivado tais investimentos: a especulação financeira, com um ativo de baixa liquidez, mas visto como reserva de valor segura e de boa rentabilidade; os desafios para atender a demanda futura de alimentos, por economias emergentes com recursos agrícolas limitados e populações em processo de transição nutricional para sua segurança alimentar ou por empresas de economias centrais buscando lucrar com um mercado em expansão; e a promoção dos biocombustíveis e biomassa, diante das perspectivas de esgotamento das fontes de energia fóssil e sua possível substituição por fontes renováveis. Isso tem induzido a elevação no nível de preços da terra, em que o hectare passou de R\$4,756 em 2010 para R\$10,083 em 2015 em escala nacional, um aumento médio de 112%. O aumento foi maior no Centroeste (254%), onde está o Mato Grosso, seguido pelo Norte (252%) e o Nordeste (206.6%), onde estão as áreas que fazem parte do MATOPIBA, e depois o Sul (205%) e o Sudeste (194%), áreas de ocupação mais antiga. Se por um lado a alta correlação do preço da terra com o preço da soja (0.923) e o índice BOVESPA (0.886) confirmam a lógica do capital financeiro, por outro é difícil associar a concentração fundiária (expressa no índice de Gini terra de 0,856) exclusivamente à ação do capital estrangeiro, haja vista o papel das próprias elites rurais brasileiras na configuração de uma estrutura agrária tão desigual (WILKINSON, 2017; WILKINSON et al., 2012; FLEXOR, LEITE, 2017; SAUER, LEITE, 2012; CASTRO, SAUER, 2017; CASTLHO et al., 2017; PEREIRA, PAULI, 2016; OLIVEIRA, G., 2016).

A entrada de IDEs no agronegócio brasileiro, todavia, não se resume à apropriação e controle de terras por estrangeiros e cada vez mais envolve a aquisição de ativos de empresas brasileiras (ou que operam no Brasil) por corporações transnacionais no contexto das *mega mergers and acquisitions* em escala internacional. O setor de insumos agrícolas experimenta o mais agressivo processo de oligopolização e consolidação do controle corporativo no mundo, com a aquisição da Monsanto pela Bayer (29% do mercado de sementes e 26% do mercado de pesticidas), a fusão entre a Dow e a Dupont (25% do mercado de sementes e 16% do mercado de pesticidas) e a aquisição da Syngenta pela estatal ChemChina (8% do mercado de sementes e 20% do mercado de pesticidas), restando a BASF em voo solo (13% do mercado de pesticidas) (CLAPP, 2017). Todas essas empresas possuem ativos e controlam importantes fatias do mercado de insumos no Brasil (WESZ, 2014). Igualmente através de grandes fusões e aquisições, desde meados dos anos 1990 as quatro maiores empresas mundiais de *trading de commodities* agrícolas, conhecidas como ABCD (ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfuss), têm implementado estratégias de verticalização de toda a cadeia de grãos, investido em infraestruturas de transporte e logística, estabelecido parcerias com firmas de insumos (sementes, pesticidas e fertilizantes) e atuado no setor energético (biodiesel de soja e etanol de cana de açúcar), exercendo forte controle oligopólico no mercado brasileiro (WESZ, 2016).

Entretanto, em ambos os setores as corporações do Atlântico Norte têm sido desafiadas por grandes firmas chinesas do agronegócio que buscam consolidar seu lugar no continente Latino-americano, o qual parece estar ganhando relevância no projeto geopolítico da Nova Rota da Seda

(MYERS, 2018). Na medida em que a China não obteve muito sucesso na compra de terras para cultivo direto no Brasil, a partir de 2012 observa-se uma mudança de estratégia, que se direciona a operações de fusão e aquisição de ativos de empresas de agronegócios com o objetivo precípuo de controlar as cadeias de valor de determinadas *commodities* em regiões chave (como a soja no Mato Grosso), contando inclusive nos últimos tempos com projetos de construção de infraestruturas de logística, transporte e armazenagem. No setor de insumos, a chinesa Tide Group adquiriu a Prentiss Química (agrotóxicos); a CITIC Agri Fund em parceria com a Yuan Longping High-Tech Seeds adquiriu a LP Sementes, parte da Dow Brasil; e a ChemChina adquiriu a Adama e a Nidera Seeds. Mas é no setor de *trading* a mudança mais extraordinária. A estatal COFCO (China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation), maior produtora e esmagadora de soja, refinadora de óleo, processadora de alimentos e *trader* agrícola da China, adquiriu a holandesa Nidera e a parte agrícola da singapuriana Noble, as duas com operações de larga escala no Brasil e outros países do Cone Sul, entrando para o mesmo clube das ABCD, que agora não são mais as “Big Four”, mas as “Big Five”. Até já se fala das ABCCD, em que o segundo C refere-se à COFCO, que entrou dominando 11% do *market share* e pretende chegar a 22% nos próximos anos, tornando-se primeira do *ranking*. Obviamente que essas e outras empresas chinesas (sejam privadas ou estatais) atuam atentas às oportunidades de negócios do ponto de vista de mercado. No entanto, todas seguem igualmente diretrizes estratégicas definidas pelo estado no âmbito da política de *going out* (WILKINSON et al., 2015; OLIVEIRA, G. 2015; ESCHER et al., 2017a).

E a outra face da moeda da internacionalização do agronegócio no Brasil é a saída de empresas nacionais com IDEs pelo mundo. Houve iniciativas de “exportar” o modelo de produção de *commodities* agrícolas (especialmente soja e cana-de-açúcar) em larga escala experimentado domesticamente para outras regiões, a exemplo dos “brasiguaios” no Paraguai e do “Pró-Savana” em Moçambique, que acabaram rendendo duras críticas ao Brasil, acusado de *land grabber*. A EMBRAPA forneceu apoio técnico na realização dessas iniciativas de expansão do agronegócio brasileiro em países da África e da América Latina, empreiteiras investiram em infraestruturas relacionadas, e fábricas de máquinas e equipamentos agrícolas também aproveitaram para abrir novos mercados. Mas as agroindústrias frigoríficas atuantes na integração da produção pecuária, abate e processamento de proteína animal e distribuição dos produtos certamente lideraram esse movimento. A JBS-Friboi é hoje a maior companhia do setor de carnes do mundo, principalmente bovina. Consolidou-se no mercado interno através da aquisição de grandes frigoríficos, incluindo o Bertin, a Seara e a Frangosul (Doux), e iniciou sua internacionalização adquirindo a Swift-Armour argentina e a Swift americana, a Pilgrim’s Pride, a Tyson Foods e a Cargill Swines, entre outras. E a BRF é hoje a maior do mundo no setor de carnes de frango e suíno. Formada a partir da fusão entre a Sadia e a Perdigão, após envolvimento da primeira num escândalo de enormes perdas advindas da especulação com derivativos cambiais durante a crise de 2008, ela tem se internacionalizado através da aquisição de firmas menores em economias emergentes, apostando numa estratégia de segmentação e diferenciação por marcas. Em 2017, junto com outros gigantes do setor, as duas viram-se pe-gas no escândalo de sanidade alimentar debelado pela Operação Carne Fraca. No mesmo ano os irmãos Batista, controladores da JBS, admitiram pagar propinas para financiamento de campanha a quase 1900 políticos de 28 partidos. Em ambos os casos, a transformação dessas empresas líderes domésticas nas maiores corporações transnacionais do setor de proteína animal não teria tornado-se possível sem o apoio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com créditos subsidiados e

participações acionárias, através da sua política apelidada de “campeões nacionais” (o mesmo podendo-se dizer de empresas dos demais setores acima mencionados). Se a internacionalização dessas empresas contribui para reduzir a vulnerabilidade das contas externas ao gerar divisas via exportações, comércio intrafirma e remessas de lucro, assim como para gerar de emprego e renda ao adensar encadeamentos produtivos tradicionais, a política industrial do BNDES é criticada por privilegiar setores intensivos em trabalho e recursos naturais nos quais o Brasil já é competitivo em vez de incentivar setores mais intensivos em tecnologias inovadoras, bem como pelos custos sociais, ambientais e políticos e impactos negativos relacionados (ROCHA, 2014; VALDEZ, 2016; OLIVEIRA, A. 2016; GARCIA, KATO, 2016; DALLA COSTA, 2017; SHARMA, SCHLESINGER, 2017).

5. Classes sociais rurais e heterogeneidade estrutural na agricultura

A discussão prévia traz a baila outro tema evadido na visão das “sete teses” e priorizado na visão da “economia política do agronegócio”, que é o caráter de classe do regime de acumulação de capital na agricultura e das transformações do rural brasileiro. A oposição binária entre as categorias agricultura familiar e agricultura patronal têm se mostrado insuficientes para compreender a diversidade e heterogeneidade das formas sociais de organização do trabalho e da produção rural no capitalismo brasileiro ao longo das últimas décadas. No entanto, supor que a categoria agricultura familiar “é *absolutamente sem significado* algum e não se justifica por nenhum critério” (NAVARRO, CAMPOS, 2013, p.5) e que tamanho e escala sejam os únicos fatores que diferenciam os estabelecimentos da “agropecuária brasileira” nos parece inadequado. Mais apropriado seria, a nosso ver, reconhecer que existe uma divisão de classe entre as duas categorias, adstrita à relação de trabalho predominante (assalariamento na agricultura patronal e parentesco na agricultura familiar), e que dentro de cada uma delas há distintos segmentos, frações ou “estilos de agricultura” (NIEDERLE et al., 2014).

Da seção anterior depreende-se a existência de uma miríade de frações burguesas que acumulam capital a partir das relações intersetoriais da agricultura. A composição de classe do “agronegócio” inclui tanto burguesias financeira (fundos de investimento), industrial (firmas de insumos agrícolas e processadoras de alimentos) e comercial (firmas de *trading*) “internacional” (imperialistas ou emergentes) como burguesias financeira, industrial e comercial “associada” (sócios locais, testas de ferro e defensores do capital estrangeiro) e “interna” (com base de acumulação na economia brasileira e interesses próprios no exterior, como os campeões nacionais) (BOITO, BERRINGER, 2013). Mais difícil, todavia, é analisar a composição das categorias rurais propriamente ditas, seja das classes dominantes ou das classes subalternas. Poucos trabalhos no Brasil fazem isso de forma mais ou menos rigorosa, integrando métodos quantitativos e qualitativos. A nossa proposta, portanto, é apenas uma tentativa inicial de aproximação a essa problemática. Buscamos perscrutar as divisões de classe das formas sociais de organização do trabalho e da produção no meio rural para além da divisão dual entre agricultura patronal e agricultura familiar. Para isso, cotejam-se trabalhos que ensejam noções heurísticamente perspicazes e outros contendo tipologias empíricas com critérios diversos.

Quanto às classes rurais dominantes – a burguesia agrária –, Favareto (2017) propõe uma distinção bastante intuitiva entre duas frações ou segmentos da agricultura patronal. A primeira é a

Agricultura Patronal Capitalista (APC), correspondente à imagem midiática do “agro é *tech*”, com altos índices de produtividade e intensiva em capital, especializada em *commodities* e inte-grada aos complexos agroindustriais, mercados e circuitos financeiros internacionais, que concentra enorme valor bruto de produção, mas gera poucos empregos e altos custos ambientais. E a segunda é a Agricultura Patronal Latifundista (APL), que mantém viva a velha lógica patrimonialista, com baixos índices de produtividade e tecnologia, que usa a terra como reserva de valor e instrumento de dominação e só se reproduz graças a formas espúrias de competitividade como perdões de dívidas, grilagem e precarização do trabalho.

De acordo com os dados oficiais do Censo Agropecuário 2006 do IBGE⁷, seguindo a metodologia da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, 809.369 estabelecimentos agropecuários do Brasil podem ser caracterizados como de agricultura patronal, 15,6% do total. Eles concentram 84,4% da área de terra e produzem 66,8% do valor bruto de produção, mas empregam apenas 25,6% da mão de obra. Pela metodologia FAO/INCRA, seriam 623.648 estabelecimentos de agricultura patronal, 12,1% do total, com 68% da área de terra, 63,9% do VBP e 21,2% do pessoal ocupado. Raros são os esforços mais detalhados na busca de compreender a diversidade interna e a heterogeneidade estrutural (diferenciais de produtividade) da agricultura patronal. Uma forma de começar a caracterizar a sua fração latifundista (APL), contudo, é recorrer aos dados do INCRA. Como se sabe, os conceitos de “estabelecimento agropecuário” do IBGE e de “imóvel rural” do INCRA são incompatíveis. Contabilizam-se 4.290.482 imóveis contra 5.175.636 estabelecimentos. Mesmo assim, é sugestivo que dos 112.463 imóveis rurais classificados como “grande propriedade”, os quais controlam 319 milhões de hectares, 69.233 imóveis com 228,5 milhões de hectares sejam considerados “improdutivos”. Ou seja, 53% das grandes propriedades fundiárias do Brasil, que controlam 40% da terra, correspondem ao tradicional “latifúndio improdutivo”, cujos índices de produtividade do INCRA – Grau de Utilização da Terra (GUT) e Grau de Eficiência da Exploração (GEE) – estabelecidos em 1971 tiveram as suas propostas de revisão e atualização no governo Lula, em 2009, veementemente rechaçadas pelas lideranças da “bancada ruralista” no parlamento. Os dados do IBGE, por sua vez, permitem constatar que 50,6% dos estabelecimentos “grandes”, isto é, com mais de 15 módulos fiscais⁸, que controlam 51,7% do total da área de terra do país, produzem um VBP menor do que R\$ 100 mil anual (valor pouco acima do teto do VBP da agricultura familiar apta a receber crédito do PRONAF, que é de R\$ 80 mil), sendo que 15% produz menos de R\$ 10 mil, o que equivaleria a cerca de 2 salários mínimos por mês em 2006. No outro extremo, porém, existe um grupo composto por 49,4% dos grandes estabelecimentos, 0,87% do total, que produz acima de R\$ 100 mil, sendo que 22% deles produzem acima de R\$ 500 mil. Este segmento agrega aquela fração de 0,62% dos estabelecimentos (apenas 27.306) identificados por Alves et al. (2012) que sozinhos produziram 51,19% do valor da produção de toda a agricultura brasileira. Eles constituem a *creme de la crème* da verdadeira APC no agronegócio.

E em relação às classes rurais subalternas – excetuando os trabalhadores rurais, assalariados da agricultura patronal –, Escher (2016) propõe uma distinção entre três frações ou segmentos da

⁷ Os dados completos do Censo Agro 2017 ainda não foram divulgados, apenas uma versão preliminar.

⁸ 15 módulos fiscais é a variável utilizada na definição de agricultura patronal na metodologia da FAO, que é mais estrita que a da Lei 11.326, que já considera “não familiar” estabelecimentos acima de 4 módulos fiscais.

agricultura familiar.⁹ A primeira é a Agricultura Familiar Empresarial (AFE), com alto grau de mercantilização, área de terra acima da média e renda alta, intensiva em capital, tecnologia e uso de crédito, que contrata trabalho permanente e tende à forte especialização produtiva e monoatividade, sendo provocativamente chamada de “agronegocinho”. A segunda é a Agricultura Familiar Mercantil (AFM), com moderado grau de mercantilização, área de terra em torno da média e renda razoável, que acessa tecnologias e crédito, pode contratar trabalho e tende à maior diversificação produtiva e pluriatividade, espelhando o típico “pequeno agricultor”. E a terceira é a Agricultura Familiar Camponesa (AFC), com baixo grau de mercantilização, área de terra abaixo da média e renda baixa, que quase não acessa tecnologias e crédito, produz para subsistência e, com exceções, concentra o grosso da “pobreza rural”.

No agregado, os dados censitários indicam a existência de 4.367.902 estabelecimentos caracterizados como agricultura familiar, 84,4% do total, com apenas 24,3% da área de terra, mas 33,2% do valor bruto da produção e 74,4% do pessoal ocupado. Pela metodologia FAO/ INCRA, mais frouxa, seriam de AF 87,9% dos estabelecimentos, com 32% da terra, 36,1% do VBP e 78,8% da mão de obra. É ditoso reconhecer que sobre a agricultura familiar já existe um acúmulo de esforços buscando compreender a sua diversidade interna e heterogeneidade estrutural. Aquino et al. (2018) classificam por estratos de valor bruto da produção, segundo os antigos grupos do PRONAF, Guanziroli et al. (2012) estimam o custo de oportunidade através de razões entre renda total e valor da diária regional do trabalho agrícola anuais, Kageyama et al. (2012) classificam por critérios de contratação de trabalho e Schneider e Cassol (2014) estabelecem pontos de corte a partir de razões entre valor da produção e receita total. Embora nenhuma dessas tipologias seja explicitamente multidimensional no sentido proposto pela abordagem dos “estilos de agricultura”, todas elas contribuem para um olhar mais refinado.¹⁰

O que chamamos de agricultura familiar empresarial (AFE) é captado no trabalho de Aquino et al. (2018) como aqueles 62.899 estabelecimentos do grupo E (renda bruta anual de R\$ 45 mil até R\$ 80 mil, 80% de atividades agropecuárias e até dois empregados permanentes) somados aos 283.341 estabelecimentos familiares não Pronafianos (rendimento acima de R\$ 80 mil anual e mais de dois empregados permanentes). Esse segmento conforma 7,9% dos estabelecimentos da AF, mas produz 16,4% do VBP de toda a agricultura brasileira (49,4% da AF). Na tipificação de Guanziroli et al. (2012), a AFE seria o grupo A, que chega a 8,7% dos estabelecimentos e produz 25,1% do VBP total. O padrão de vida desse segmento, capaz de alcançar uma renda líquida mensal média de R\$ 4.500, mais produção de alimentos para o autoconsumo e moradia livre de aluguel, equivaleria ao da classe média urbana e se assemelharia ao *family farmer* americano “consolidado”. A agricultura familiar mercantil (AFM) seria o grupo B de Guanziroli et al. (2012), com 18,6% dos estabelecimentos da AF, que no projeto FAO/INCRA era descrito como “em transição”, mas na realidade mostrou-se muito mais estável do que se supunha. Pela classificação de Aquino et al. (2018), a AFM conjugaria os grupos C (renda bruta anual de R\$ 3 mil até R\$ 16 mil, 60% de atividades agropecuárias) e D (renda bruta anual de R\$ 16 mil até R\$ 45 mil, 70% de

⁹ É seguida a proposta de Ploeg (2009, p.16), para quem “a essência e as principais diferenças entre [os segmentos] não residem tanto nas relações de propriedade; elas situam-se principalmente [no grau de mercantilização], nas [diferentes] formas através das quais a produção, distribuição e apropriação do valor são ordenadas”.

¹⁰ Tipologias de estilos de agricultura elaboradas com base em estatística multivariada (análise fatorial e de *cluster*) podem ser vistas em Conterato (2008) para o Rio Grande do Sul e Escher (2011) para o sudoeste do Paraná.

atividades agropecuárias e até dois empregados), agregando 20,7% dos estabelecimentos da AF e 11,6% do VBP da agricultura brasileira (35% da AF). Apesar da apreciável disparidade interna, a sua renda média mensal bruta varia em torno de R\$ 2.153. E a agricultura familiar camponesa (AFC) juntaria os grupos C e D de Guanziroli et al. (2012), qualificados como “periféricos” no projeto FAO/INCRA, perfazendo 60,6% dos estabelecimentos da AF e apenas 5,4% do VBP total. Na classificação de Aquino et al. (2018), a AFC incluiria os estabelecimentos do grupo A (assentados de reforma agrária com renda média mensal de R\$ 1.108,00) e mais os do grupo B Pronafiano (renda bruta anual de até R\$ 3.000 e 30% de atividades agropecuárias), agregando 57% dos estabelecimentos da AF, mas apenas 5,2% do VBP total (15,7% da AF). Nesse grande segmento com certeza estariam incluídos os 237.926 estabelecimentos que Schneider e Cassol (2014) denominaram “residentes rurais” e mais os 1.307.940 estabelecimentos que não declararam nenhuma receita com atividade agropecuária. A maioria são agricultores cuja produção existe, mas não é comercializada, destinando-se prioritariamente ao autoconsumo. Mas também há mais de 530 mil estabelecimentos que não têm valor de produção, não têm área de terra ou encontram-se em outras situações, todos dependentes de pensões e transferências de renda.

Essa disputa pela classificação das formas sociais de produção e vida na agricultura brasileira – que visa projetar-se na ação do estado através das políticas públicas – expõe a não superação do debate clássico marxista baseado nas previsões de Kautsky sobre a superioridade técnica e financeira da grande propriedade capitalista na agricultura e a reprodução residual dos camponeses e de Lenin sobre a diferenciação social do campesinato e a polarização de classe na agricultura no desenvolvimento do capitalismo. Surpreende é que no Brasil o eterno retorno dessas previsões seja posto pela crua visão neoclássica com verniz sociológico das “sete teses” a decretar que, suposto o mesmo ritmo de crescimento, pouco mais de 1% dos produtores (55 mil estabelecimentos) poderiam responder por toda a produção agropecuária, condenando o resto da população rural à migração para as cidades e o campo ao vazio demográfico. Sem dúvida que a agricultura encontra-se emparedada pela tendência à concentração do capital, da terra e da produção por um lado e pela possibilidade de marginalização social e produtiva por outro. No entanto, é equivocado interpretar esses processos como uma força linear e inexorável. Mais apropriado seria, segundo Ploeg (2009), conceber a diferenciação social das classes sociais rurais através da forma de inserção na divisão social do trabalho e do grau de mercantilização dos meios de produção e consumo e dos produtos dos diversos estilos de agricultura familiar. Neste sentido, dentro de um referencial Marxista-Chayanoviano, a AFE pode ser caracterizada como uma forma social de “produção simples de mercadorias”, a AFM como uma “pequena produção de mercadorias” e a AFC como uma “produção de subsistência”, sendo que todas podem se reproduzir de acordo com as estratégias postas em práticas pelos atores sociais e as condições postas pela operação dos mercados e das políticas públicas.

6. Limites da ambiguidade institucional e giro conservador nas políticas públicas

Em metáfora arquitetônica, a institucionalidade ambígua da agricultura e do meio rural no Brasil compreende o estado, os ministérios, os órgãos e as políticas públicas na cúpula e os atores e movimentos sociais rurais, sindicatos, associações e organizações da sociedade civil na base. Difícil explicar a sua dinâmica só pela tese Poulantziana de que o bloco hegemônico no apa-relho

do estado domine simplesmente fazendo pequenas concessões para manter o consentimento das classes subalternas, pois os dois projetos políticos conviveram dentro dos mesmos governos, apesar da relação tensa e conflituosa (DELGADO, N., 2012). Uma explicação complementar, amparada na abordagem dos “Três I’s” (Ideias, Interesses e Instituições), sugere uma interação recíproca entre os interesses das distintas classes e grupos sociais e as ideias formuladas pelos seus intelectuais orgânicos no processo de institucionalização das políticas públicas através da ação dos *policy makers*, cabendo ao estado coordenar, mediar e arbitrar o conflito em nome da “governabilidade” (LEITE, 2016). Mas a falta de clareza sobre quem compõem o bloco no poder e hegemoniza o aparato estatal engendra profunda ambiguidade. Tal pragmatismo alcançou seus limites e levou as contradições latentes à disputa e ao conflito aberto, desembocando num “giro conservador” na institucionalidade e nas políticas públicas.

As políticas de desenvolvimento rural (DR) são, em certa medida, “operações encobertas”. Isso em parte explica a vagueza dos seus objetivos. Ironicamente, tal indefinição é um elemento constitutivo da sua força e persistência. A vagueza das políticas de DR também tem raízes institucionais. Os aparelhos de estado para a agricultura familiar coexistem com os aparelhos dedicados ao agronegócio. Esta coexistência contraditória parece deflagrar e exigir imprecisão para que a agenda DR não seja percebida como demasiado radical ou desafiadora e possa [pragmaticamente] manter uma aura de legitimidade. Mas isso gera uma tendência a criar novas formas de dualidade [e contestação] (PLOEG et al., 2010, p.177-178).

E assim constituiu-se uma arquitetura institucional ambígua para a agricultura e o rural no Brasil ao longo dos governos do PSDB (1995-2002) e do PT (2003-2016). A sua instância mais conspícua é os dois ministérios e suas políticas. O MAPA, cuja origem data dos tempos do Império e adquiriu sua forma contemporânea em 1996, é reconhecido como “o ministério do agronegócio”. Faz parte do seu aparato um conjunto de agências de controle de qualidade, inspeção, supervisão e oferta de serviços ligados à produção agropecuária, processamento e distribuição de alimentos, fornecimento de crédito de custeio, investimento e comercialização, assessoria ao comércio e aos investimentos internacionais, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), orientada à produção de ciência e tecnologia aplicadas principalmente à agricultura patronal, e a Companhia Brasileira de Abastecimento (CONAB), que também atende a agricultura familiar. Entre suas principais políticas destacam-se o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (MODERFROTA), o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), o Programa ABC para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura, o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), o Plano Agrícola e Pecuário (PAP), os Programas de seguro Rural e Gestão de Risco, entre outros. E o MDA, cuja origem data de meados dos anos 1990 e sua forma extinta em 2016 de 2000, é reconhecido como o “ministério da agricultura familiar e da reforma agrária”. Fazia parte do seu aparato o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Sua principal política era o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que opera crédito de custeio, investimento e comercialização, apoio a práticas alternativas (agroindústrias familiares rurais, agroecologia, bioenergia) e a públicos específicos (quilombolas, mulheres, jovens). Outras políticas importantes são as de desenvolvimento territorial e combate à pobreza, como o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e o Programa Territórios da Cidadania (PTC), e as que ligam construção de mercados e segurança alimentar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (LEITE, WESZ, 2016; GRISA, SCHNEIDER, 2015; DELGADO, N., 2012).

Mas como se chegou a essa arquitetura institucional dualista das políticas públicas para a agricultura no Brasil? Explicar essa configuração do estado exige compreender a representação de interesses e a formulação de ideias dos atores e organizações da sociedade civil.¹¹ O cenário em que se desenrola essa trama é marcado pelo término da ditadura civil-militar no final da década de 1980 e a “convergência perversa” entre redemocratização e neoliberalismo no início da década de 1990. A luta a favor e contra a reforma agrária na Assembleia Nacional Constituinte de 1988 epitomizou o momento e definiu os rumos do futuro. De um lado, os representantes dos latifundiários e do empresariado rural e agroindustrial, liderados pela UDR, conseguiram derrotar a reforma agrária e reafirmar o monopólio de classe da grande propriedade fundiária. No entanto, a modernização da agricultura e formação de complexos agroindustriais dos anos precedentes e a subsequente liberalização e desregulamentação da economia provocaram mudanças importantes: nas relações de classe, a hegemonia da APC sobre o conjunto da agricultura patronal; e na representação de interesses, a formação de associações por produto e multiproduto encabeçadas pela ABAG, a construção da imagem pública pelo *marketing* com campanhas midiáticas do tipo “agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, e a criação da Frente Parlamentar da Agropecuária (a bancada ruralista) como instância suprapartidária que reúne 234 das 513 cadeiras da câmara e 26 das 62 cadeiras do senado. E isso refletiu-se no plano da formulação de ideias acadêmicas, através da passagem da visão setorial estrita da “agropecuária” para a visão intersectorial do “agronegócio”. Ganhou muita força a interpretação focada na centralidade dos direitos de propriedade para a alocação eficiente dos recursos com base na economia dos custos de transação aplicada ao agronegócio (BRUNO, 2017; HERÉDIA, et al., 2010). De outro lado, com a derrota da reforma agrária, novos movimentos e organizações surgiram na cena política como representantes dos interesses das classes rurais subalternas. Houve uma recomposição do sindicalismo rural da CONTAG após a ascensão do MST como principal porta-voz da luta dos trabalhadores sem terra e da concorrência com a CONTRAF pela mesma base da agricultura familiar, categoria que passou a aglutinar as forças favoráveis a um projeto de desenvolvimento rural sustentável e solidário e de promoção da segurança alimentar e nutricional. Divisões internas levaram a formação do MPA para representar os assentados de reforma agrária identificados com a categoria política camponesa e mais recentemente a formação da CONTAR como central sindical específica dos assalariados rurais. Igualmente observou-se o surgimento de um grande esforço intelectual com estudos que buscaram definir a especificidade da agricultura familiar e apontar a sua contribuição para um desenvolvimento rural com crescimento, distribuição de renda,

¹¹ Do lado do agronegócio, as principais organizações de representação são a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), a União Democrática Ruralista (UDR) e a Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG). E entre os principais núcleos de produção científica figuram o Centro de Conhecimento do Agronegócio (PENSA) e o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Escola de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), da Universidade de São Paulo (USP), bem como pesquisadores da própria EMBRAPA. Do lado da agricultura familiar/reforma agrária, as principais organizações de representação são a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (CONTRAF), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR) e a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). E entre os principais núcleos de produção científica destacam-se o Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Além desses, há muitas ONGs dedicadas a temas agrários e também intelectuais de diversas instituições em todo o Brasil.

inclusão social e sustentabilidade ambiental. Esses esforços em geral mobilizaram abor-dagens interdisciplinares, intersetoriais, territoriais e multidimensionais (SCHNEIDER et al., 2010; PICOLOTTO, 2014).

Esses dois lados ganharam espaço no aparelho do estado, tanto nos governos do PSDB, hegemônicos pela fração “associada” da grande burguesia com apoio da classe média, como nos governos do PT, hegemônicos pela sua fração “interna” com apoio da classe trabalhadora (BOITO, BERRINGER, 2013). Embora ao longo de todo o período o agronegócio sempre tenha desfrutado de um espaço privilegiado junto ao bloco no poder, a agricultura familiar conseguiu ampliar seu espaço por conta do papel que desempenharam os movimentos sociais e sindicais rurais no processo que culminou na chegada do PT ao governo, desafiando a hegemonia do projeto neoliberal do agronegócio ao afirmar o seu projeto de desenvolvimento rural (DELGA-DO, N., 2012). A pergunta, então, é porque se rompeu essa institucionalidade que conviveu e coevoluiu por mais de 20 anos? As razões desse rompimento deflagrado pela crise econômica e o golpe de 2016 podem ser buscadas na disputa de narrativas entre os dois lados.

Por um lado, o referencial que guiava as políticas da agricultura familiar e a ação do estado sob a égide do MDA começou a ser contestado pelos representantes e intelectuais do agronegócio. A apresentação recorrente de dados sobre a concentração de 85% do valor bruto da produção em 8% dos estabelecimentos rurais passou a ser utilizada para indicar a ineficácia das políticas públicas na integração econômica da agricultura familiar (ALVES, ROCHA, 2010). E surgiram classificações sobre o acesso de crédito do PRONAF, sendo que pelos seus critérios apenas 64,4% (e não 84,4%) do total de estabelecimentos com 22,9% do VBP (e não 36%) estariam “qualificados” a receber política agrícola, enquanto aos “não qualificados” caberia apenas política social (FGV/IBRE, 2010). Diante dessa divergência interpretativa, um grupo intermediário, correspondente à quase um milhão de agricultores responsável por grande parcela da produção foi identificado como “classe média rural”. Ao enfatizar a importância dos produtores de média escala e questionar a capacidade produtiva da agricultura familiar, essa narrativa conservadora criou um novo dualismo, não mais entre agricultores patronais e familiares, mas entre agricultores “produtivos” e “improdutivos”. Essa distinção influenciou a criação do PRONAMP, programa de crédito do MAPA para os médios produtores. De outra parte, representantes e intelectuais das próprias classes rurais subalternas também começaram a contestar a política pública. Isso ganhou contornos mais críticos principalmente após o MDA tentar responder ao avanço do MAPA sobre a sua base lançando o Programa Mais Alimentos e aumentando o limite de renda para enquadramento no PRONAF com vistas a incluir mais médios produtores. Entre os movimentos associados à Via Campesina começou-se ironizar tal segmento da agricultura familiar chamando-o de “agronegocinho”. E entre os intelectuais acadêmicos passou-se a criticar a concentração do crédito em um pequeno número de estabelecimentos da “elite da agricultura familiar” localizados na região sul basicamente para o custeio das safras de soja e milho, emulando a velha política de “modernização da agricultura” (SOLDERA, NIEDERLE, 2016; NIEDERLE et al., 2017; AQUINO et al., 2018).

Nesse contexto, após a derrubada de Dilma Rousseff e o início do governo de Michel Temer, observou-se um “giro conservador” naquela institucionalidade dualista. Repercutindo as “novas” ideias que soem menosprezar a importância produtiva da agricultura familiar e deslegitimar politicamente essa categoria, ao lado da extinção do MDA observou-se um drástico corte dos

recursos destinados às políticas de desenvolvimento rural sob o pretexto do ajuste fiscal. Particularmente os programas de reforma agrária e apoio a assentamentos rurais, de aquisição de alimentos da agricultura familiar, de assistência técnica e extensão rural, de desenvolvimento territorial, de educação no campo, entre outros, tiveram seus recursos rebaixados a quase zero. Adicionalmente, foram aprovadas leis outorgando perdões de dívidas aos grandes proprietários, flexibilizando as normas para aprovação de agrotóxicos para as empresas de insumos, assegurando maior tolerância com condições de trabalho análogas à escravidão, promovendo a legalização de terras griladas, a desregulamentação do mercado de terras, o registro e controle de propriedades por estrangeiros e dificultando a titulação de terras indígenas. Entretanto, a intensificação das críticas dos dois lados antes do *impeachment* levou a uma postura defensiva dos atores do estado, bloqueando o diálogo, e quando o governo Temer encerrou o MDA a reação foi menos significativa do que o esperado. Parece que essa letargia em face da ruptura abrupta com décadas de esforços na construção das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil deve-se ao esgotamento do ciclo de políticas experimentado diante das expectativas frustradas por maiores transformações e à falta de unidade dos movimentos sociais rurais e organizações sindicais da agricultura familiar em torno de uma agenda renovada frente a sua burocratização e o consequente relaxamento da interação com suas bases sociais (NIEDERLE et al., 2017; FAVARETO, 2017; MATTEI, 2017a; BARBOSA, 2018).

7. Desenvolvimento rural, agroecologia e novos mercados alimentares

Finalmente, o fenômeno da construção social de novos mercados e redes alimentares alternativas no Brasil merece comentário. Nessa temática, grande relevância cabe à crítica dos impactos negativos do agronegócio na sustentabilidade ambiental e na saúde humana (PORTO, 2017; BOMBARDI, 2017; FRANCO, PELAEZ, 2016; CARNEIRO et al., 2015) e à resposta ativa para esses problemas protagonizada pela relação entre produtores e consumidores, especialmente de produtos orgânicos e agroecológicos (BRANDEMBURG, 2017; NORDER et al., 2016; TRICHES, SCHNEIDER, 2015; VIEIRA, PORTILHO, 2014; NIEDERLE et al., 2013). Na visão das “sete teses”, as questões ambientais e de saúde são simplesmente ignoradas ou mini-mizadas, a discussão sobre novos mercados é resumida a “nichos” para produtos orgânicos e a agroecologia desqualificada como “fraude”, “embuste” ou “mágica”, seus proponentes políticos como perpetradores de um “estratagema *goebbelsiano*”, a pesquisa a respeito como “mito”, os cientistas que a realizam como “manipulados”, “charlatões” ou “intelectualmente desonestos” e os agricultores praticantes como pobres “ingênuos”, “seduzidos” ou “iludidos” por tão vil manipulação (NAVARRO, 2013). Não temos espaço nem disposição para insistir num debate tão adjetivado, mas buscamos pelo menos traçar um quadro mais complexo dessa temática, com uma breve revisão da literatura teórica e empírica existente.

O livro recém-lançado por Niederle e Wesz (2018) oferece a análise mais sistemática e sofisticada do sistema agroalimentar no Brasil que conhecemos na atualidade. Para os autores, a abordagem dos regimes alimentares, focada nas tendências estruturais que ocorrem no nível macro, é insuficiente para tratar de maneira adequada a dinâmica das interações que ocorrem no nível micro dos mercados alimentares. Para isso é preciso, segundo eles, uma abordagem focada nonexo entre práticas (fazer e dizer), instituições (cognitivas, normativas e regulatórias) e arte-fatos (objetos, tecnologias, materiais e produtos). Amparados na sociologia econômica e na economia

das convenções, os autores propõem o conceito de “Ordens Alimentares” para tratar desse nexo. São identificadas seis ordens alimentares: a ordem comercial, a ordem industrial, a ordem financeira, a ordem doméstica, a ordem cívica e a ordem estética. Essas ordens contêm fronteiras permeáveis, por onde atores e objetos circulam, dinamizando processos de crítica, contestação e mudança que desestabilizam a legitimidade e o enraizamento do ordenamento social estabelecido até que um novo ordenamento seja institucionalizado, reduzindo as incertezas do ambiente e estabilizando as expectativas dos atores para que, assim, os mercados possam operar continuamente através das oscilações de conjuntura. Sobre a importância da construção social de novos mercados e redes alimentares alternativas (principalmente produtos ecológicos) para o desenvolvimento rural no Brasil, o argumento central é que é na ordem doméstica onde se originam as práticas que dão respostas às críticas cívica (ética) e estética (cultural) contra os problemas e impactos negativos das ordens industrial (desindustrialização, concentração da produção e do capital, agravos ao ambiente e à saúde humana pelo uso abusivo de agrotóxicos), comercial (grilagem de terra, trabalho precarizado, neoextrativismo e desmatamento) e financeira (monetização, apropriação, controle e especulação).

A “agricultura de subsistência”, que não é estritamente autárquica, pois vai ao mercado vender excedentes e comprar o que não produz, é uma forma social da condição camponesa historicamente associada à ordem doméstica. Mas embora a mercantilização da agricultura e da vida rural tenha se tornado pervasiva, a permanência da lógica familiar como instituição organizadora das práticas sociais e a mobilização de uma base de recursos fora do mercado visando criar espaços de manobra e autonomia asseguram que essa ordem se reproduza de muitas e novas maneiras hoje em dia. Entre as principais estratégias de reprodução da agricultura familiar destaca-se a reemergência da produção para o autoconsumo. Praticada por todos os estilos de AF, a produção para o autoconsumo está presente em sete de cada dez estabelecimentos rurais brasileiros (3,7 milhões), gerando 8% do total do seu valor de produção (valor mensal médio de R\$ 282,67, superior ao custo da cesta básica de 2006) e respondendo por mais de 30% de toda a mão de obra ocupada na agricultura (um aumento de 28,8% de 2004 a 2014). Outra estratégia relacionada é o processamento da produção agropecuária dentro dos estabelecimentos, visando agregar valor e gerar renda e emprego através de agroindústrias familiares rurais. 16,7% dos estabelecimentos rurais brasileiros beneficiaram ou transformaram algum tipo de matéria-prima em 2006, destinando para a venda 89,1% da produção do queijos/requeijão, 74,6% do melado, 93% da cachaça, 75,4% do vinho, 61,3% dos embutidos e 71,1% da mandioca. A maior parte da matéria-prima provém do próprio estabelecimento e aquilo que vem de fora é na sua maior parte adquirido junto a vizinhos ou fornecedores locais. Isso tornou possível a revalorização de produtos diferenciados denominados através de diversas convenções de qualidade: os alimentos artesanais, produtos singulares que envolvem o saber-fazer e o reconhecimento social do produtor em contraposição à produção industrial de grande escala, massificada e padronizada; os alimentos coloniais, que remetem ao vínculo entre a identidade social, histórica, cultural, étnica e regional do colono e a uma forma de produção ancorada em seus saberes e práticas; e os alimentos caseiros, caipiras ou da roça, produtos atrelados a um saber-fazer e a técnicas de produção e processamento localizados, que guardam sentidos similares ou sobrepostos às demais convenções desta ordem alimentar. Todas essas convenções estão sujeitas aos riscos da descaracterização: seja pela convencionalização, quando são apropriadas por empresas e cooperativas agroindustriais como estratégias de *marketing*, podendo levar à banalização da imagem desses produtos; seja pela imposição de uma legislação sanitária inadequada, que equipara agroin-

dústrias familiares com grandes agroindústrias e obriga os agricultores a incorporar práticas e artefatos que alteram as características dos seus produtos, rompendo com o saber-fazer tradicional (NIEDERLE, WESZ, 2018).

Na época neoliberal, vivemos novamente o que Polanyi (2000) definiu como uma tentativa de implantar um sistema de mercados autorregulado, cuja possibilidade prática não passa de uma cruel “ficção”, pois “deixar o destino do solo e das pessoas por conta do mercado seria o mesmo que aniquilá-los”. Nos termos da teoria das convenções, os contramovimentos de hoje expressam contestações a este processo de mercantilização exacerbada da natureza e dos meios de vida através das chamadas críticas “ética” e “estética”. Exemplos recentes apontam para uma aproximação concreta dos consumidores à “causa” rural, agroecológica e da agricultura familiar, associada primordialmente aos valores da saúde humana e da sustentabilidade ambiental. Essa “politização do consumo” envolve novas formas de ação cotidiana, tanto na vida privada (escolhas “conscientes” ou “responsáveis”, “boycotts” e “buycotts”, etc.) como na pública (grupos de aquisição e cooperativas de consumo, sistemas de rotulagem e certificação participativa, etc.). Neste processo, o mercado, mais do que o estado, passa a ser o espaço de atuação dos “novos movimentos sociais econômicos” com vistas em redefinir os valores da economia e as regras do jogo dos mercados alimentares (PORTILHO, BARBOSA, 2016).

A proliferação de circuitos curtos, feiras livres, grupos de consumo, redes de associações e cooperativas descentralizadas, agricultura urbana, consumo local e valorização de alimentos tradicionais têm conformado trajetórias “alternativas” inovadoras, que indicam a importância crescente das ordens cívica e estética na construção de novas convenções qualitativas nos mercados alimentares.¹² Isso sugere que a manutenção da legitimidade da agricultura familiar junto à sociedade urbana requer a capacidade de responder a novas aspirações através de justificativas que além da sua contribuição econômico-produtiva incluam a responsabilidade de produzir “alimentação saudável” e “comida de verdade” para um “rural com gente” e um “urbano descolado”. Por isso, movimentos e organizações sociais rurais estão instados a discutir melhor o seu lugar nos mercados e a buscar políticas públicas que ajudem a responder questões sobre o que produzir, como processar, onde vender e para que consumidores, atentos às demandas sociais por saúde, sustentabilidade, equidade, diversidade, identidade, gostos e estilos de vida. Neste contexto, a agroecologia – noção polissêmica que referencia os valores e princípios políticos de movimentos sociais, as práticas agrícolas e comerciais de atores sociais e a delimitação do objeto de um campo científico (WEZEL et al., 2009) – é alçada ao centro de um debate que abarca tanto questões cívicas quanto estéticas, que apesar de interligadas na realidade, podem ser distinguidas para fins didáticos (NIEDERLE, WESZ, 2018).

O MST e os demais movimentos da Via Campesina adotaram a agroecologia como linha política e a CONTAG e a CONTRAF convergiram na criação da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). Mas a Rede Ecovida de Agroecologia é talvez o exemplo mais eloquente de ação coletiva voltada à construção da ordem cívica dos mercados alimentares no Brasil. Constituída a partir das experiências pregressas da “agricultura alternativa”, que durante os anos 1980 fizeram

¹² Para ficarmos apenas em dois exemplos, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) identificou mais de 740 feiras orgânicas e agroecológicas espalhadas por todo o país em 2018 e Preiss (2017) identificou 46 grupos de consumidores ecológicos (com seus agricultores fornecedores) em 33 cidades brasileiras em 2014.

forte crítica à Revolução Verde, a Rede Ecovida é formada por 30 núcleos regionais que abrangem 300 grupos de agricultores distribuídos em cerca de 170 municípios, 130 agroindústrias artesanais, 35 organizações da área técnica e 8 cooperativas de consumo. Em 2015, a Ecovida tocava mais de 200 feiras de produtos ecológicos em cerca de 70 municípios. Os agricultores, as associações e as cooperativas dispõem de suas próprias estruturas e canais de comercialização (grupos de aquisição, feiras agroecológicas, compras públicas via PAA e PNAE, lojas especializadas, circuitos regionais e supermercados). Com a organização da logística de transporte e distribuição através do “sistema de rotas”, que liga lugares de produção e de consumo, a Eco-vida provê um diversificado leque de produtos e estende o alcance geográfico dos mercados locais. Em 2009, a Associação Ecovida de Certificação Participativa foi juridicamente constituída. Em 2017, seu selo foi utilizado por 2.466 agricultores (63% da certificação participativa e 15% da certificação orgânica total no país). Os agricultores pagam uma pequena taxa anual pela emissão e impressão dos selos e dedicam-se às avaliações externas de conformidade e à participação nos comitês de ética e de coordenação regional. Ademais, sua adesão a certos valores (corresponsabilidade, participação ativa, estilo de vida agroecológico) refletidos em práticas, discursos e procedimentos técnicos configura um repertório cultural, com a produção e partilha de conhecimentos e significados que se tornam fonte de identidade coletiva para os seus membros. Assim, o sistema participativo de garantia integra o processo de certificação à reprodução de laços de confiança e reciprocidade, articulando ainda dimensões de artesanidade, tradição, saber-fazer e território (NIEDERLE, WESZ, 2018).

Há também movimentos em curso no Brasil nos últimos tempos que indicam a construção de uma ordem estética dos mercados alimentares. Por um lado, as tendências de gastronomização e gourmetização chegaram ao campo através do apelo midiático de *chefs* como Alex Atala, Henrique Fogaça, Bela Gil, Paola Carosella, Rita Lobo e Teresa Corção, que em seus restaurantes e/ou nos programas de TV têm envidado esforços para promover junto a sua audiência urbana a valorização de produtos da agrobiodiversidade cultivada pelas populações tradicionais e da agroecologia praticada pelos agricultores familiares. Por outro, é crescente a valorização de atributos relacionados à origem dos produtos através de dispositivos que institucionalizam este vínculo, tal como a Indicação Geográfica (IG). Atualmente estão registrados junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) 47 Indicações de Procedência (IP) e 10 Denominações de Origem (DO). A lista de produtos abarca vinhos, queijos, cafés, algodão, arroz, pró-polis, camarão, mel, frutas, cachaças, doces, açafraão, erva-mate, farinha de mandioca, guaraná, sorvete, cervejas, entre vários outros (NIEDERLE, WESZ, 2018).

É verdade que tais convenções estão sempre sujeitas aos riscos da convencionalização (apropriação por grandes empresas como estratégias de *marketing* que não passam de “*greenwashing*”) e da elitização (busca de distinção social por uma classe média com comportamentos “*egotrip*”). Entretanto, essa abordagem permite-nos compreender a complexidade do sistema agroalimentar para além tanto da perspectiva marxista, na medida em que se inverte o “fetichismo da mercadoria”, como da perspectiva neoclássica, na medida em que abre a “caixa-preta” dos mercados. O que a conexão entre as ordens doméstica, cívica e estética dos mercados mostra é que há espaços específicos no sistema agroalimentar onde as práticas de produção e consumo se orientam por lógicas distintas da acumulação de capital e do consumismo *tout court*, atribuindo conteúdo propriamente positivo àquilo que era negativamente (e às vezes pejorativamente) apreendido pela

ideia “alternativo”. Ao colocar a relação entre produtores e consumidores no palco central, fica evidente a importância do nexo entre as práticas, artefatos e instituições operantes nessas ordens e as dinâmicas de desenvolvimento rural existentes no Brasil.

8. Considerações finais

No presente trabalho caracterizamos as controvérsias que marcam o atual debate agrário brasileiro através da identificação de dois campos intelectuais opostos, que chamamos respectivamente de “perspectiva associada ao agronegócio” e “perspectiva associada à agricultura familiar”. A partir desta distinção buscamos contribuir para revisar e atualizar este debate no contexto das discussões mais gerais presentes na literatura especializada sobre as transformações e tendências do capitalismo globalizado e do sistema agroalimentar internacional. Quanto à periodização adotada, delimitada por nós através da abordagem dos regimes alimentares, ambas as perspectivas afirmam a emergência de uma nova fase na dinâmica da agricultura no capitalismo brasileiro desde meados da década de 1990, apesar da primeira se mostrar teoricamente inconsistente e da segunda convergir com tal referencial teórico. Mas a perspectiva associada ao agronegócio exibe uma narrativa conservadora, que evade os aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais negativos da expansão do agronegócio e glorifica os aspectos por ela considerados positivos, em linha com o discurso da bancada ruralista. Enquanto a perspectiva associada à agricultura familiar consegue produzir uma narrativa mais abrangente e, embora não neutra, pelo menos mais isenta, pois não apenas contesta a visão dominante do agronegócio, mas também avalia criticamente as contradições da própria agricultura familiar ao longo do período.

A análise realizada permite algumas conclusões, as quais possuem implicações importantes para as ações dos atores da sociedade civil e as políticas públicas do estado. Primeiro, a forma com que o Brasil tem se inserido nos fluxos internacionais de comércio e investimento, com reprimarização das exportações e desindustrialização da estrutura produtiva, estrangeirização do mercado de terras e do capital de agronegócio e sua política de campeões nacionais não é coerente com o objetivo de construir uma trajetória de desenvolvimento com crescimento econômico, distribuição de renda, inclusão social, sustentabilidade ambiental, política externa soberana e liderança regional. Segundo, a falta de compreensão sobre a natureza das relações de classe entre as categorias agricultura patronal e agricultura familiar e dos fracionamentos e segmentações dentro de cada uma delas ajudam a explicar porque a estratégia pragmática de manter uma ambiguidade institucional nas políticas públicas do estado brasileiro voltadas ao rural alcançou seus limites a ponto de não ter sido possível contrapor o giro conservador experimentado desde o golpe de 2016. E, terceiro, um projeto que combine desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional deve contar com a regulação dos mercados agrícolas convencionais (ordens financeira, industrial e comercial) e a construção de novos mercados alimentares (ordens doméstica, cívica e estética) como seus principais mecanismos de promoção.

Por fim, muitas questões ainda em aberto suscitam uma agenda de pesquisas renovada. Como a agricultura poderia se inserir numa política industrial e de ciência, tecnologia e inovação consistente com a sofisticação da estrutura produtiva e da pauta de exportações da economia brasileira? Quais são as tendências do capital financeiro na agricultura e no sistema agroalimentar do país? O que o Brasil poderia fazer para aproveitar as oportunidades e lidar com os desafios impostos

pela ascensão da China na economia política e no regime alimentar internacionais? Como analisar de forma mais adequada e rigorosa o fracionamento e a segmentação de classe dentro das categorias agricultura patronal e agricultura familiar? Quais seriam as implicações dessa diversidade e heterogeneidade para a correlação de forças das classes sociais rurais no âmbito da sociedade civil e do estado? Existe possibilidade de uma “unidade na diversidade” entre os movimentos sociais rurais e organizações da agricultura familiar em face das incertezas do cenário político nacional? Que orientação predominará após as eleições em relação às questões agrícolas, fundiárias, rurais e alimentares diante dos desafios atuais? Retomando um debate do início dos anos 2000, mais do que nunca o Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.

Referências

- ABRA. (2013). Agronegócio e realidade agrária no Brasil. *Revista da ABRA*, edição especial.
- Abramovay, R. (1992). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Unicamp, Hucitec.
- Alves, E.; Rocha, D. (2010). Ganhar tempo é possível? In: Gasques, J.G.; Filho, J.E.R.V. (org.). *A Agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA.
- Alves, E.; Souza, G. S.; Rocha, D. (2012). Lucratividade da agricultura. *Revista de Política Agrícola*, 2, 1-21.
- Andrade, D. (2016). *Export or die: the rise of Brazil as an agribusiness powerhouse*. The 4th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies, Beijing, Conference Paper n.11.
- Aquino, J.; Gazolla, M.; Schneider, S. (2018). Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 56 (1), 123-142.
- Arend, M. (2014). A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho. In: Calixtre, A. B.; Biancarelli, A. M.; Cintra, M. A. M. (Ed.). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA.
- Balestro, M. V.; Lourenço, L. C. B. (2014). Notas para uma análise da financeirização do agronegócio: além da volatilidade dos preços das *commodities*. In: Buainain, A.M.; Alves, E.; Silveira, J.M.; Navarro, Z. 2014. *O mundo rural no Brasil do século 21*. Brasília: Embrapa.
- Barbosa, L. P. (2018). *Dilemmas of peasant social movements faced with the dichotomy between progressive governments and the rise of the new Right in Latin America: the case of Brazil*. 1th Emancipatory Rural Politics Initiative Conference, The Hague, Conference Paper n.26.
- Bernstein, H. (2016). Agrarian political economy and modern world capitalism: the contributions of food regime analysis. *Journal of Peasant Studies*, 43 (3), 611-647.
- Bielschowsky, R.; Squeff, G. C.; Vasconcelos, L. F. (2014). Evolução dos investimentos nas três frentes de expansão da economia brasileira na década de 2000. In: Calixtre, A. B.; Biancarelli, A. M.; Cintra, M. A. M. (Ed.). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA.
- Boechat, C. A.; Kluck, E. G. J. (2017). O debate sobre as “sete teses do mundo rural brasileiro”: um breve balanço recente sobre a modernização (conservadora). *Estudos Sociedade e Agricultura*, 25 (2), 430-455.
- Bombardi, L. M. (2017). *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH-USP.
- Borras, S.; Franco, J.; Isakson, R.; Levidow, L.; Vervest, P. (2016). The rise of flex crops and commodities: implications for research. *Journal of Peasant Studies*, 43 (1), 93-115.
- Borras, S. M., Franco, J. C. (2012). Global land grabbing and trajectories of agrarian change: a preliminary analysis. *Journal of Agrarian Change*, 12 (1), 34-59.

- Branco, R. S. (2016). Commodity currencies: um fenômeno real no Brasil? *Revista de Economia Contemporânea*, 20 (1), 92-112.
- Branco, R. S. (2013). Raul Prebisch e o desenvolvimento econômico brasileiro recente liderado por commodities. *Sociais e Humanas*, 26 (1), 197-216.
- Brandenburg, A. (2017). Ecologização da agricultura familiar e ruralidade. In: Delgado, G. C.; Bergamasco, S. M. P. (org.) 2017. *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: MDA.
- Bruno, R. (2017). Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: Maluf, R.; Flexor, G. (org.). 2017. *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-Papers.
- Buainain, A. M.; Alves, E.; Silveira, J. M.; Navarro, Z. (2013). Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Política Agrícola*, 2, 1-25.
- Burkett, P. (2006). Total factor productivity: an ecological-economic critique. *Organization Environment*, 19 (2), 171-190.
- Carvalho, L. (2018). *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. Rio de Janeiro: Todavia.
- Castilho, A. L.; Bassi, B. S.; Vendrame, F. (2017). *O controle de terras por estrangeiros no Brasil: panorama geopolítico, aspectos legais e macro-tendências*. Friedrich Ebert Stiftung Brasil, Análise n.35.
- Castro, L. F. P.; Sauer, S. (2017). Marcos legais e a liberação para investimento estrangeiro em terras no Brasil. In: Delgado, G. C.; Bergamasco, S. M. P. (org.) 2017. *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: MDA.
- Clapp, J. (2017). *Bigger is not always better: drives and implications of the recent agribusiness megamergers*. Critical Agrarian Studies Colloquium. (Working Paper n.2).
- Clapp, J. (2014). Financialization, distance and global food politics. *Journal of Peasant Studies*, 41 (5), 797-814.
- Dalla Costa, A. (2017). *Multinacionais brasileiras: avanços e desafios*. XII Congresso Brasileiro de História Econômica, 13^o Conferência Internacional de História de Empresas, Niterói, RJ.
- Delgado, G. C. (2012). *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Delgado, G. C. (2010). Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *Desenvolvimento em Debate*, 1 (2), 111-125.
- Delgado, N. G. (2012). Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática no meio rural. *Novos Cadernos NAEA*, 15(1), 85-129.
- Escher, F. (2016). *Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural: uma análise institucional comparativa de Brasil e China*. Thesis (PhD. in Rural Development). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Escher, F.; Schneider, S.; Ye, J. (2017). The agrifood question and rural development dynamics in Brazil and China: towards a protective 'countermovement'. *Globalizations*.

- Escher, F.; Wilkinson, J.; Pereira, P. F. (2017a). *Drivers and implications of Chinese investments in Brazilian agribusiness: actors, strategies and market dynamics of the corporate food regime*. The 5th Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies, Moscow, Conference Paper n.34.
- Escher, F.; Schneider, S. (2016). *'Counter-movements' in Brazil and China agrifood systems? Some experiences in linking production and consumption through the construction of new, nested markets*. The 4th International Conference of BICAS, Beijing, China. Conference Paper n.4.
- FAO/INCRA. (1994). *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília. (Versão Resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036).
- Faveri, D. B.; Resende, M. C.; Cário, S. F. (2016). A “primarização” da pauta exportadora e a questão da doença holandesa: análise dos impactos da crise financeira de 2008 sobre as exportações brasileiras. *Revista de Economia*, 43 (3).
- Favareto, A. (2017). Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o governo Temer e além. *Raízes*, 37 (2).
- Favareto, A. (2014). Um contraponto à tese da “argentinização” do desenvolvimento rural no Brasil. In: Buainain, A.M.; Alves, E.; Silveira, J.M.; Navarro, Z. 2014. *O mundo rural no Brasil do século 21*. Brasília: Embrapa.
- FGV/IBRE. (2010). *Quem produz o que no campo: quando e onde II: censo agropecuário 2006: resultados: Brasil e regiões*. Brasília, DF: CNA.
- FIAN International; Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; Comissão Pastoral da Terra. (2018). *The human and environmental costs of land business: the case of Matopiba, Brazil*.
- Flexor, G.; Leite, S. P. (2017). Land market and land grabbing in Brazil during the commodity boom of the 2000s. *Contexto Internacional*, 39 (2), 393-420.
- França, C. G.; Del Grossi, M. E.; Marques, V. (2009). *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA.
- Franco, C. R.; Pelaez, V. (2016). A (des)construção da agenda política de controle dos agrotóxicos no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, 19 (3), 215-232.
- Friedmann, H. (2016). Commentary: Food regime analysis and agrarian questions: widening the conversation. *Journal of Peasant Studies*, 43 (3), 671-692.
- Friedmann, H. (2009). Discussion: moving food regimes forward: reflections on symposium essays. *Agriculture and Human Values*, 26 (4), 335-344.
- Friedmann, H.. (2005). From colonialism to green capitalism: social movements and the emergence of food regimes. In: Buttel, F.H.; McMichael, P. (Ed.) *New directions in the sociology of global development*. Oxford: Elsevier Press.
- Friedmann, H., McMichael, P. (1989). Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, 29 (2), 93-117.
- Gala, P.; Rocha, I.; Magacho, G. (2016). *The Structuralist revenge: economic complexity as an important dimension to evaluate growth and development*. FGV. Working Paper 436.

- Garcia, A.; Kato, K. (2016). Políticas públicas e interesses privados: uma análise a partir do Corredor de Nacala em Moçambique. *Cadernos CRH*, v. 29.
- Gasques, J. G.; Vieira-Filho, J. E. V.; Navarro, Z. (2010). *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA.
- Goodman, D.; Sorj, B.; Wilkinson, J. (1987). *From farming to biotechnology: a theory of agroindustrial development*. London: Blackwell.
- Gorenstein, S.; Ortiz, R. (2018). Natural resources and primary sector-dependent territories in Latin America. *Area Development and Policy*.
- Grisa, C.; Schneider, S. (org). (2015). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Guanziroli, C. E.; Sabbatto, A. (2014). Existe na agricultura familiar um setor que corresponde ao “family farming” americano? *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52 (supl 1), 85-104
- Guanziroli, C. A.; Buainain, A. M.; Di Sabbatto, A. (2012). Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 50 (2).
- Helfand, S. M.; Pereira, V. F.; Soares, W. L. (2014). Pequenos e médios produtores na agricultura brasileira: situação atual e perspectivas. In: Buainain, A.M.; Alves, E.; Silveira, J.M.; Navarro, Z. 2014. *O mundo rural no Brasil do século 21*. Brasília: Embrapa.
- Herédia, B.; Palmeira, M.; Leite, S. P. (2010). Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25 (74), 159-196.
- Isakson, R. (2014). Food and finance: the financial transformation of agro-food supply chains. *Journal of Peasant Studies*, 41 (5), 749-775.
- Kageyama, A.; Bergamasco, S. M. P. P; Oliveira, J. T. A. (2013). Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 51 (1).
- Lamarche, H. (Coord.). (1993). *A agricultura familiar I: uma realidade multiforme*. Campinas: Unicamp.
- Leite, S. (2016). The role of policy makers in the formulation and implementation of public policy for Brazilian Agriculture. *Latin American Perspectives*, v.43, p.60-76.
- Leite, S. P.; Wesz, W. J. (2016). Políticas públicas para o financiamento do agronegócio no Brasil: programas, instrumentos e resultados com ênfase no caso do Mato Grosso. In: Buhler, E. A.; Guibert, M.; Oliveira, V. L. *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Loureiro, P. M.; Saad-Filho, A. (2018). The limits of pragmatism: the rise and fall of the Brazilian Workers’ Party (2002-2016). *Latin American Perspectives*. Forthcoming.
- Mafra, R. F.; Silva, J. A. (2017). Doença holandesa e desindustrialização no Brasil: de volta a um país primário-exportador? *Pesquisa & Debate*, 28 (2), 52-74.
- Maluf, R.; Flexor, G. (org.). (2017). *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-Papers.

- Marques, V.; Del Grossi, M. E.; França, C. G. (2012). *O censo 2006 e a reforma agrária: aspectos metodológicos e primeiros resultados*. Brasília: MDA.
- Mattei, L. (org.). (2017). *Reforma agrária no Brasil: trajetórias e dilemas*. Florianópolis: Insular.
- Mattei, L. (2017a). A política agrária e rural do governo Temer. In: Maluf, R.; Flexor, G. (org.). 2017. *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-Papers.
- Mattei, L. (2014). Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(supl.1), 105-124.
- Maranhão, R. L. A.; Vieira Filho, J. E. (2016). *A dinâmica do crescimento das exportações do agronegócio brasileiro*. Brasília: IPEA. Texto para Discussão 2249.
- McKay, B.; Alonso-Fradejas, A.; Brent, Z. W.; Sauer, S.; Xu, Y. (2017). China and Latin America: towards a new consensus of resource control? *Third World Thematics*.
- McMichael, P. (2016). Commentary: Food regime for thought. *Journal of Peasant Studies*, 43 (3), 648-670.
- McMichael, P. (2013). *Food regime and agrarian questions*. Winnipeg: Fernwood Publishing.
- McMichael, P. (2009). A food regime genealogy. *Journal of Peasant Studies*, 36 (1), 139-169.
- McMichael, P. (2005). Global development and the corporate food regime. In: Buttel, F.H.; McMichael, P. (Ed.). *New directions in the sociology of global development*. Oxford: Elsevier Press, 2005.
- Mendonça, M. L.; Pitta, F. T. (2018). International financial capital and the Brazilian land market. *Latin American Perspectives*, 30 (20), 1-14.
- Myers, M. (2018). China's Belt and Road Initiative: what role for Latin America? *Journal of Latin American Geography*, 17 (2), 239-243
- Navarro, Z. (2013). Agroecologia: as coisas em seu lugar (A agronomia brasileira visita a terra dos duendes). *COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional*, 10 (1).
- Navarro, Z.; Buainain, A. M. (2017). The global driving of Brazilian agrarian development in the new century. In: Buainain, A.M.; Souza, M. R.; Navarro, Z. (org.). *International perspectives on globalization and agriculture: challenges and opportunities for emerging countries*. New York: Lexington Books.
- Navarro, Z.; Campos, S. K. (2013). A "pequena produção" no Brasil. In: Campos, S.K.; Navarro, Z. *A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?* Brasília: CGEE.
- Navarro, Z.; Pedrosa, M. T. M. (2011). *A agricultura familiar no Brasil: é preciso mudar para avançar*. Embrapa Informação Tecnológica, Textos para discussão n.42.
- Niederle, P. A. (2017). A pluralist and pragmatist critique of food regime's genealogy: varieties of social orders in Brazilian agriculture. *Journal of Peasant Studies*, 1-24.
- Niederle, P. A.; Wesz, V. J. 2018. *Novas ordens alimentares*. Porto Alegre: UFRGS.

- Niederle, P. A.; Grisa, C.; Picolotto, E.; Soldera, D. (2017). *Narrative disputes on family farming public policies in Brazil: conservative attack and restricted countermovements*. The 5th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies, Moscow, Conference Paper n.12.
- Niederle, P. A.; Almeida, L.; Vezzani, F. M. (org.). (2013). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós.
- Norder, L. A.; Lamine, C.; Bellon, S.; Brandenburg, A. (2016). Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. *Ambiente & Sociedade*, 19 (3), 1-20.
- Oliveira, A. U. (2016). *A mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo: Iãnde Editorial.
- Oliveira, G. L. T. (2016). Regularização fundiária e a “corrida mundial por terras” no Brasil. *Campo-Território*, Special Issue, 43-75.
- Oliveira, G. L. T. (2015). *Chinese and other foreign investments in the Brazilian soybean complex*. Cape Town. BICAS Working Paper n.9.
- Oreiro, J. L.; D’Agostini, L. (2016). *Terms of trade, real exchange rate over-valuation and de-industrialization: theory and empirical evidence of Brazilian case (2003-2015)*. Paper presented at the 13Th International Conference Developments in Economic Theory and Policy, University of Basque Country, Bilbao, 2016, 23 to 24 of June.
- Okara. (2018). Dossiê Michel Temer e a questão agrária. *Revista Okara*, 12 (2).
- Paula, N. M.; Santos, V. F.; Pereira, W. S. (2015). A financeirização das commodities agrícolas e o sistema agroalimentar. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 23(2), 294-314.
- Pereira, L. I.; Pauli, L. (2016). O processo de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio na região do Mapitoba. *Campo-Território*, Special Issue, 196-224.
- Perez, C. (2015). *The new context for industrializing around natural resources: an opportunity for Latin America (and other resource rich countries)?* Working Papers in Technology Governance and Economic Dynamics no. 62.
- Picolotto, E. L. (2014). Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52 (1), 63-84.
- Pinho, C. E. S. (2018). *Políticas públicas, crise fiscal e comunidades epistêmicas da austeridade no Brasil*. IE/UFRJ.
- Pinto, E. C.; Pinto, J. P. A.; Saludjian, A.; Nogueira, I.; Balanco, P.; Schonerwald, C.; Baruco, G. (2017). *A guerra de todos contra todos: a crise brasileira*. IE/UFRJ. Texto para Discussão 06/2017.
- Ploeg, J. D.; Ye, J.; Schneider, S. (2012). Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. *Journal of Peasant Studies*, 39, 133-173.
- Ploeg, J. D. (2010). The food crisis, industrialized farming and the imperial regime. *Journal of Agrarian Change*, 10 (1), 98-106.
- Portilho, F.; Barbosa, L. (2016). A adesão à “causa” rural e da agricultura familiar por consumidores e seus movimentos organizados. In: Marques, F. C.; Conterato, M. A.; Schneider,

S. *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: UFRGS.

Porto, M. F. S. (2017). Agricultura, saúde e produção de alimentos: uma agenda para a política e a gestão públicas. In: Maluf, R.; Flexor, G. (org.). 2017. *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-Papers.

Prado, L. C. D.; Torraca, J. F.; Silva, J. C. A. L. (2014). *Um novo olhar sobre um antigo debate: a tese de Prebisch-Singer é, ainda, válida?* Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro, Texto para Discussão n.3.

RSJDH - Rede de Justiça Social e Direitos Humanos. (2018). *Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do Mapitoba*. Outras Expressões.

Salles-Filho, L. M. (1993). *A dinâmica tecnológica da agricultura: perspectivas da biotecnologia*. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas.

Sampaio, P. A. (2013). *Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas.

Santos, A. S.; Abrita, M. B.; Gonzales, É. O. (2016). Reprimarização e desindustrialização: os impactos da Lei Kandir e do comércio com a China no complexo soja. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 18 (4), 289-303.

Sauer, S.; Balestro, M. V.; Schneider, S. (2017). The ambiguous stance of Brazil as a regional power: piloting a course between commodity-based surpluses and national development. *Globalizations*.

Sauer, S.; Leite, S. P. (2012). Expansão agrícola, preços e apropriação de terras por estrangeiros nos Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 50(3), 503-524.

Schneider, S. (2010). Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, 30, 511-531.

Schneider, S.; Schubert, M. N.; Escher, F. (2016). Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar: uma apresentação do debate. *Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias*, 1(1), 1-20.

Schneider, S.; Cassol, A. P. (2014). Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 31 (2), 227-263.

Schneider, S.; Escher, F. (2011). A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. *Sociologias*, 13, 180-219.

Sharma, S.; Schlesinger, S. (2017). *The rise of big meat: Brazil's extractive industry*. The Institute for Agriculture and Trade Policy.

Singer, A. (2015). Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos*, 102, 39-67.

Soldera, D.; Niederle, P. A. (2016). O meio de campo em disputa e as implicações da “nova” classe média rural na ação pública. *Redes*, 21(3), 93-116.

- Triches, R. M.; Schneider, S. (2015). Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 12.
- Valverde, R.; Oliveira, R. C. (2011). *Primarização da pauta de exportações, desindustrialização e doença holandesa no Brasil*. Anais do 1º Circuito de Debates Acadêmicos IPEA.
- Veiga, J. E. (1991). *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec.
- Vergara-Camus, L.; Kay, C. (2017). The agrarian political economy of left-wing governments in Latin America: agribusiness, peasants, and the limits of neo-developmentalism. *Journal of Agrarian Change*, 17, 415-437.
- Vieira, I.; Portilho, F. (2014). *Consumo sustentável no imaginário e nas práticas da nova classe média: um estudo de caso*. VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo, Rio de Janeiro, 2014, September 24-26.
- Vieira-Filho, J. E. R. (2013). The structural heterogeneity of family farming in Brazil. *CEPAL Review*, 111.
- Vieira-Filho, J. E. R.; Silveira, J. M. F. J. (2016). Competências organizacionais, trajetória tecnológica e aprendizado local na agricultura: o paradoxo de Prebisch. *Economia e Sociedade*, 25 (3), 599-630.
- Wanderley, M. N. B. (2009). *O mundo rural como um espaço de vida*. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS.
- Wesz, V. J. (2016). Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the southern cone. *Journal of Peasant Studies*, 43 (2).
- Wesz, V. J. (2014). *O Mercado de soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no sudeste de Mato Grosso (Brasil)*. Thesis (PhD) in Social Sciences in Development, Agriculture and Society. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ.
- Wezel, A.; Bellon, S.; Doré, T.; Francis, C.; Vallod, D.; David, C. (2009). Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. *Agronomy for Sustainable Development*, 1.
- Wilkinson, J. (2017). Land grabbing e estrangeirização de terras no Brasil. In: Maluf, R.; Flexor, G. (org.). 2017. *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-Papers.
- Wilkinson, J. (2009). Globalization of agribusiness and developing world food systems. *Monthly Review*, 61(4).
- Wilkinson, J. (2008). *Mercados, redes e valores*. O novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Wilkinson, J.; Wesz, V. J.; Lopane, A. (2015). *Brazil, the Southern cone, and China: the agribusiness connection*. Capetown. BICAS Working Paper n.16.
- Wilkinson, J.; Goodman, D. (2015). Food regime analysis: a reassessment. In: Allaire, G.; Benoit, D. (Ed.) *La grande transformation de l'agriculture vingt ans après*. [S.l.].
- Wilkinson, J.; Reydon, B., Di Sabbato, A. (2012). Concentration and foreign ownership of land in Brazil in the context of global land grabbing. *Canadian Journal of Development Studies*, 33(4), 417-438.

escher_fab@hotmail.com

Fabiano Escher is an Economist, Master and PhD in Rural Development by the Rural Development, Post-Doctor in Social Sciences in Development, Agriculture and Society and Researcher at the Rural Federal University of Rio de Janeiro (UFRRJ). Contact: escher_fab@hotmail.com;

Sergio Schneider is a Sociologist, Master and PhD in Sociology, Post-Doctor in Food Studies, and Professor in the Rural Development Post-Graduation Programme (PGDR) and the Sociology Post-Graduation Programme (PPGS) of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). Contact: schneide@ufrgs.br.

